

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

MATEUS HENRIQUE BATISTA

INVESTIMENTO DIRETO EXTERNO E INTEGRAÇÃO REGIONAL NO ÂMBITO
DO MERCOSUL

FLORIANÓPOLIS, 2012

MATEUS HENRIQUE BATISTA

INVESTIMENTO DIRETO EXTERNO E INTEGRAÇÃO REGIONAL NO ÂMBITO
DO MERCOSUL

Monografia submetida ao curso de Relações
Internacionais da Universidade Federal de
Santa Catarina, como requisito obrigatório
para a obtenção do grau de Bacharelado.

Orientador: Marcelo Arend

FLORIANÓPOLIS, 2012

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota 9.0 ao aluno Mateus Henrique Batista na disciplina CNM 7280 – Monografia, pela apresentação do trabalho INVESTIMENTO DIRETO EXTERNO E INTEGRAÇÃO REGIONAL NO ÂMBITO DO MERCOSUL

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Marcelo Arend

Prof. Dr. Fernando Seabra

Prof. Dra. Patricia Fonseca Ferreira Arienti

FLORIANÓPOLIS, 25 de janeiro de 2013

Dedico o presente trabalho a todos que se debruçam sobre os temas de integração regional e investimento direto externo, assim como ao curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina.

Agradeço aos meus pais e ao meu irmão pelo apoio irrestrito
Agradeço ao meu orientador Marcelo Arend pelo valioso auxílio e
disponibilidade
Agradeço a Universidade Federal de Santa Catarina pela oportunidade e amparo
Agradeço aos meus colegas e amigos de longa data
Agradeço a Maíra Machado Rodrigues pela companhia e auxílio.
Agradeço ao Júlio Henrique Correa Silva e ao Sergio Miguel Costa Correa pela
parceria durante todo o percurso acadêmico.
Agradeço a todos que de alguma forma auxiliaram no processo de composição
do presente trabalho

Foreign direct investment (FDI) is a key driver of international economic integration. With the right policy framework, FDI can provide financial stability, promote economic development and enhance the well being of societies.(OECD)

RESUMO

A presente pesquisa direcionará esforços para uma melhor compreensão da relação entre os investimentos brasileiros no exterior - que vêm crescendo de forma considerável - e o processo de integração do Mercado Comum do Sul. Para tanto, mensurará esta relação a partir dos benefícios dos investimentos diretos externos nas economias receptoras correlacionando-os com as necessidades intrínsecas dos processos de integração regional, sob a hipótese de que estes benefícios teriam reflexos positivos em pontos-chaves do processo de integração.

Palavras Chave: Investimento Brasileiro Direto Externo, MERCOSUL, Integração Regional

ABSTRACT

The present research directs efforts to better understand the relationship between Brazilian investments abroad (which have grown considerably) and the integration process of the MERCOSUR, this work pretend to measure the benefits from foreign direct investment in recipient economies correlating them with the intrinsic needs of regional integration process, under the assumption that these benefits would have a positive impact on key points of the integration process.

Keywords: Brazilian Foreign Direct Investment, Mercosur and Regional Integration

SUMÁRIO

CAPÍTULO I

1. Introdução.....	15
1.2 Tema e problema.....	15
1.3 Objetivos.....	16
1.3.1 Objetivo Geral.....	17
1.3.2 Objetivos Específicos.....	22
1.4 Justificativa.....	25
1.5 Metodologia.....	28

CAPÍTULO II

2. Referencial Teórico.....	15
2.1. Investimento Direto Externo.....	15
2.1.1. Ótica da Economia Política Internacional.....	16
2.1.2. Ótica do Enfoque Empresarial.....	17
2.1.3. Ótica Macroeconômica.....	22
2.2. Integração Regional.....	25
2.2.1. Estágios da Integração Regional.....	28
2.2.2. Breves considerações sobre o MERCOSUL.....	29

CAPÍTULO III

3. Investimento Direto Externo: Panorama e Cenário Brasileiro.....	31
3.1. Evolução do Investimento Direto Externo Mundial.....	32
3.1.1. Investimento Direto Externo originário de Países em Desenvolvimento.....	35
3.2. O Investimento Direto Externo e o Mercosul.....	36
3.3. Investimento Direto Externo - Brasil.....	39

CAPÍTULO IV

4. Investimento Brasileiro Direto Externo e Impacto no MERCOSUL.....	46
4.1. Infraestrutura.....	47
4.2. Assimetria Econômica.....	50
4.3. Institucionalidade.....	54
4.4. Lista de exceções.....	56
4.5. Perspectivas.....	58

CAPÍTULO V

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	60
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	63

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Investimento Brasileiro Direto Externo: Distribuição geográfica.....	42
Tabela 2 – PIB países Integrantes do MERCOSUL 2006-2011	51
Tabela 3 – Balança Comercial 2007-2011: Países integrantes MERCOSUL.....	51

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Ciclos IDP - Dunning.....	23
Figura 2 – Estágios da integração regional.....	29
Figura 3 - Saída de IED no período 1995-2011: Mundo e economias selecionadas.....	33
Figura 4 - Entrada de IED no período 1995-2011: Mundo e economias selecionadas	34
Figura 5 - IDE originário de países em desenvolvimento (2011): Economias em desenvolvimento.....	35
Figura 6 - Entrada e Saída de IDE no MERCOSUL (2011)	36
Figura 7 - Saída de Investimento Direto Externo 1995-2011: Países do MERCOSUL.....	37
Figura 8 - Entrada de Investimento Direto Externo 1995-2011: Países do MERCOSUL	38
Figura 9 - Entrada e Saída de IED 1995-2011: Brasil.....	40
Figura 10 - Investimento Brasileiro Direto por Setor - 2011	41
Figura 11 - Investimento Brasileiro Direto Externo: Países do MERCOSUL.....	43
Figura 12 - Entrada de IED - Argentina	44
Figura 13 - Entrada de IED - Uruguai	44
Figura 14 - Entrada de IED - Paraguai	45

CAPITULO I

INTRODUÇÃO

A globalização econômica e a contemporânea liberalização do comércio mundial facilitaram a transferência e a aplicação de recursos nacionais em diferentes economias ou blocos regionais com o intuito de auferir maiores vantagens e diminuir dependências. Como resultado natural desse processo, cabe marcar que a circulação do capital pelos demais territórios tem implicações nas estruturas produtivas globais e na divisão mundial do trabalho.

O estudo deste movimento incorporado nos investimentos diretos externos se constitui como um tema de extrema importância justamente pelos seus grandes impactos no cenário econômico mundial e precipuamente na economia receptora, pelo seu considerável crescimento nos últimos anos e pelo seu papel na integração econômica mundial. Podemos ainda assinalar como tendência para este tema a emergência de novos Estados como investidores internacionais, especificamente os países em desenvolvimento.

O Brasil vive hoje um novo momento dentro dessa dinâmica dos investimentos diretos externos. Historicamente, e em função do modelo de desenvolvimento adotado, o Brasil era caracterizado como país em desenvolvimento e grande receptor de investimentos estrangeiros. Entretanto, no período recente, também é possível distingui-lo como considerável investidor internacional, visto que nos últimos anos o crescimento de empresas brasileiras com atuação no exterior fora significativo, sendo o MERCOSUL¹ um dos principais destinos e principal ponto de início das atividades internacionais das empresas brasileiras.

Outro fenômeno que tem recebido grande importância nos anos recentes da história das relações internacionais é a formação de blocos regionais. Diversos são os exemplos de regiões do mundo que buscam de alguma maneira se integrar objetivando benefícios determinados, como o aumento do comércio e maior estabilidade política.

No caso específico da América do Sul, sua história pós-colonial é permeada de tentativas de integração e até mesmo de unificação remontando as tentativas e ideais de Simon Bolívar. Ainda assim, pouco resultado efetivo foi alcançado até a Segunda Guerra Mundial, muito em virtude da baixa consolidação interna dos Estados. Somente a partir da segunda metade do século vinte que tentativas de integração econômica tomaram forma real, culminando no estabelecimento em 1991 do Mercado Comum do Sul.

¹ O presente trabalho não leva em consideração a recente adesão plena da Venezuela em função do espaço temporal analisado.

Assim, o MERCOSUL desponta como maior e mais bem sucedido processo de integração da história latino americana, ainda que esteja longe de ser a entidade integral e funcional que a maioria dos discursos públicos afirma ser. Observados os problemas recorrentes no MERCOSUL, de onde se destaca a disparidade econômica, a falta de um ambiente político-legal mais institucionalizado e a necessidade de aumento da infraestrutura física, destacam-se medidas para solucionar ou criar alternativas a consolidação do bloco.

Portanto, a partir do exposto, o presente trabalho direcionará esforços para uma melhor compreensão da relação entre os investimentos diretos externos e os processos de integração regional (com ênfase no MERCOSUL), temas de fundamental importância nas relações internacionais modernas. Cabe ressaltar que, levando em consideração que existem diversos pontos de intersecção entre estes dois temas, teremos como foco um único ponto de relação entre os mesmos.

Diversos estudos foram realizados apontando para a existência de uma maior atração de investimento direto externo em função da criação de um bloco econômico, justificando esse fato basicamente pelo aumento do mercado consumidor. Entretanto, pouco foi pesquisado no sentido de estabelecer uma relação inversa, ou seja, quais seriam os impactos dos investimentos diretos externos na consolidação do bloco regional?

Desta forma, a hipótese que norteia o presente trabalho é a de que os investimentos diretos externos, realizados por um determinado país interno ao bloco, possam funcionar como catalisadores do processo de integração regional, na exata medida de seus impactos tanto na economia receptora quanto na de origem.

Dentro do campo de estudo do presente trabalho, o MERCOSUL, em função da considerável discrepância no nível econômico dos mesmos tendo o Brasil em posição privilegiada, a dinâmica da integração regional absorve outra variável, a do país interno ao bloco com grande volume e capacidade de investimento direto externo nos demais países integrantes.

Assim, a ótica de análise aqui proposta busca versar sobre os impactos dos investimentos diretos externos de um país interno ao bloco no processo de integração em si, objetivando demonstrar se existe real benefício que possa ser usufruído pelos demais integrantes do bloco dessas inversões intrabloco.

A hipótese supracitada será analisada dentro do contexto do MERCOSUL, avaliando até que medida os reflexos das inversões intrabloco realizadas pelo Brasil podem gerar melhoria ou não do processo de integração do cone sul.

Desta forma, o objetivo geral do presente trabalho busca descrever e analisar a correlação entre investimento direto externo e integração regional no âmbito específico do MERCOSUL, incluindo assim três capítulos responsáveis por cada objetivo específico aqui proposto.

Dessa forma, para a comprovação desta hipótese, serão necessárias análises específicas em torno do processo de integração regional como um todo e dos impactos gerados pelas inversões internacionais, assim como de suas particularidades, explicitadas no primeiro capítulo a partir da exposição das principais teorias que tem tratativas sobre o tema.

Em um segundo momento, se faz necessária à exposição de um panorama dos investimentos brasileiros no exterior, com foco no MERCOSUL. Demonstrando quais são os principais setores de investimento, quais são os volumes investidos no exterior, os principais destinos dessas inversões e demais dados necessários para a compreensão da magnitude dessa atividade no Brasil e para melhor entendimento dos possíveis impactos nos países receptores.

Cabe ressaltar que os dados utilizados na presente pesquisa tem fonte em relatórios emitidos por instituições que tem tratativas sobre o tema, dentre os quais se destaca o “World Investment Report 2012” da UNCTAD e sua base de dados estatística, o relatório “Transnacionais do Brasil” pela fundação Dom Cabral, a série “Capitais Brasileiros no exterior” pelo Banco Central, o texto “Investimento Direto e Internacionalização de empresas brasileiras no período recente” elaborado pelo IPEA e demais estudos sobre o tema.

Por fim, o terceiro capítulo traz a análise propriamente dita e a apresentação dos pontos onde esses investimentos brasileiros no MERCOSUL poderiam gerar benefícios para o processo de integração. Como exposto anteriormente, serão apresentados os pontos onde seja possível indicar uma correlação entre os impactos dos investimentos diretos externos brasileiros e as necessidades da integração regional do Mercado Comum do Sul.

Partindo dessa proposição, a metodologia a ser seguida é a do isolamento dos pontos cruciais dos processos de integração regional e em seguida dos benefícios dos investimentos diretos externos, realizando assim um cruzamento de informações e avaliando de forma crítica se pode existir benefícios decorrentes destas inversões.

Assim, o presente trabalho terá por objetivo a apresentação desta nova dinâmica econômica vivenciada pelo Brasil, assumindo a posição de investidor internacional com todas as vantagens e desvantagens que esse arranjo pode assumir, e de que forma ela pode influir, seja positivamente ou não, na melhoria do conturbado processo de integração do MERCOSUL.

CAPÍTULO II

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Tendo em mente os objetivos propostos para o presente trabalho, esta sessão incumbir-se-á de apresentar as principais teorias acerca do investimento direto externo, bem como das que tem tratativas sobre o estudo da integração regional.

Nesse sentido, primeiramente serão apresentados os principais estudos que tem tratativas sobre o tema do investimento direto externo, sendo objeto de foco da análise os resultados existentes nas economias receptoras das inversões. Para tanto, propõe-se uma subdivisão em três abordagens metodológicas diferentes, a saber: da economia política internacional, da ótica empresarial e da ótica macroeconômica².

Posteriormente serão analisados textos e autores que tiveram como objetivo de pesquisa o tema da integração regional, dando nessa sessão um enfoque específico sobre os determinantes econômicos da integração regional.

Por fim, esta sessão conclui-se com a correlação dos pontos abordados anteriormente de forma a tentar identificar em que pontos o aumento dos fluxos de Investimento Direto Externo pode laborar como catalisador de um processo de integração regional.

2.1 Investimento Direto Externo

O presente trabalho utilizará a definição de investimento direto externo do Banco Mundial combinada com a do Fundo Monetário Internacional. Ressalta-se que, embora a presente definição aborde os diferentes aspectos desse tipo de investimento, este trabalho focará seus esforços no estudo de inversões que representem mais do que a simples compra e controle acionário de empresas no exterior. Portanto, o investimento direto externo fica conceituado como:

[Foreign investment](#) that establishes a lasting interest in or effective management control over an enterprise. Foreign direct investment can include buying shares of an enterprise in another country, reinvesting earnings of a foreign- owned enterprise in the country where it is located, and parent firms extending loans to their foreign affiliates. [International Monetary Fund \(IMF\)](#) guidelines consider an investment to be a foreign direct investment if it accounts for at least 10 percent of the foreign firm's voting stock of shares. However, many countries set a higher threshold

² Conforme visto em VIANNA 2010

because 10 percent is often not enough to establish effective management control of a company or demonstrate an investor's lasting interest. (BANCO MUNDIAL, 2012)

O investimento direto externo encontra-se inscrito nas possibilidades de intercâmbio comercial internacional, possuindo características e resultados únicos nas economias de destino e origem. Diversos autores se debruçaram sobre o estudo dessas inversões estrangeiras ao perceberem que as teorias tradicionais de comércio internacional encontravam-se obsoletas e com limitado poder explanatório frente às mudanças dos moldes econômicos contemporâneos. Conforme supracitado propõe-se uma subdivisão em três categorias diferentes com o intuito de melhor compreender as óticas dos expoentes do estudo de investimentos diretos externos.

2.1.1 Ótica da Economia Política Internacional.

Sob a ótica da economia política internacional, o Investimento Direto Externo surge como elemento moldador da estrutura econômica mundial, influenciando diretamente nas estruturas internas dos países inversores e receptores desse tipo de investimento, justamente pelo fato de ser resultado prático das relações econômicas internacionais.

Sob a ótica do liberalismo, Gilpin expõe que:

A economia mundial é um fator benéfico para o desenvolvimento econômico; A interdependência e os vínculos entre as economias avançadas e as menos desenvolvidas tendem a favorecer estas últimas. Por meio do intercâmbio comercial, da assistência internacional e dos investimentos, as economias menos desenvolvidas adquirem os mercados de exportação, o capital e a tecnologia de que necessitam para se desenvolver. (GILPIN, 2002)

Entretanto, sob a perspectiva marxista, este tipo de investimento pode ser considerado como fator perpetuador do capitalismo monopolista, expresso na busca por maiores mercados a serem explorados.

Essa corrente (marxista) interpreta o crescimento das multinacionais no contexto do capitalismo monopolista, ou seja, como reflexo do aumento do poder de monopólio das firmas e do desenvolvimento estruturalmente desigual entre os países.(VIANNA, 2010)

Portanto, a expansão das multinacionais, em busca da exploração não somente de novos mercados como de novos locais de produção, tem como reflexo o acirramento da divisão mundial do trabalho. Grande parte em função da procura por vantagens específicas de

produção de cada local, contemporaneamente bem exemplificadas com as vantagens na mão-de-obra no sudeste asiático. A ideia do argumento é a de que as multinacionais configuram-se como atores do desenvolvimento desigual, perpetuando a divisão mundial do trabalho e dando margem a explorações da periferia pelo centro.

O crescimento transfronteiriço das firmas tem como consequência a “criação de estrutura hierárquica centro-periferia e de divisão internacional do trabalho no mundo” (GILPIN, 1987, p. 287)

Nesse sentido, é necessário ter em mente que os resultados provenientes dos investimentos diretos externos não estão necessariamente atrelados a fatores positivos, ou seja, esses também acarretam efeitos negativos nas economias receptoras na medida em que impõem ritmo diferenciado e podem assumir caráter exploratório.

Entretanto, conforme é possível compreender a partir da história de desenvolvimento econômico associado de diversos países, incluindo o caso brasileiro, o que diferencia uma situação de dependência externa e uma de desenvolvimento embasado em capital externo diz respeito ao modo como a economia nacional recebe e dá poder às empresas estrangeiras no próprio solo, visto que as mesmas representavam a construção de uma indústria inexistente no país, resultado mais positivo do que apenas o lucro monetário proveniente de exportações. Disso procede a negativa pelos teóricos da dependência de que uma situação de dependência externa estaria associada a uma estagnação econômica.

O desenvolvimento dependente permite incrementar o desenvolvimento e manter, redefinindo-os, os laços de dependência, como se apoia politicamente em um sistema de alianças distinto daquele que no passado assegurava a hegemonia externa. (CARDOSO; FALETTTO, 1970)

Considerados os pontos supracitados, cabe ressaltar que o presente trabalho tem como foco a análise dos fatores positivos para a integração regional que decorrem do investimento direto externo, não sendo aqui objeto de análise os problemas ou aspectos negativos que derivam dessas inversões, ainda que em determinados momentos seja impossível desvincula-los.

2.1.2 Ótica do Enfoque Empresarial

Sob a perspectiva metodológica do enfoque empresarial, a ideia central é analisar as motivações, incertezas e recursos (endógenos e exógenos) disponíveis ao empreendedor, quando da necessidade de decisão de investir ou não fora da sua economia local.

Exponente desse tipo de pensamento, Raymond Vernon, em seu trabalho *International Investment and International Trade in the Product Cycle* modificou a análise das empreitadas internacionais ao criticar duramente os modelos simplistas. Para o autor, estes modelos que somente levavam em consideração diferenças nos custos de produção quando da análise das motivações para o investimento direto externo não são suficientes para prover as bases necessárias ao entendimento dessa complexa decisão.

“While the comparative cost concept and other basic concepts have rarely failed to provide some help, they have usually carried the analyst only a very little way toward adequate understanding. For the most part, it has been necessary to formulate new concept”. (VERNON, 1964)

Vernon inclui na análise elementos mais subjetivos como o tempo da inovação, os efeitos das economias de escala, os papéis da ignorância e da incerteza no comércio internacional. Teorias simplistas tomam como base a ideia de que o recurso do conhecimento é universal e de igual acesso a todos, Vernon abandona essa ideia afirmando que o mesmo é uma variável que esta em função da proximidade geográfica, similaridade cultural, disponibilidade de recursos e outros fatores.

There is ordinarily a large gap between the knowledge of a scientific principle and the embodiment of the principle in a marketable product. Accordingly, we abandon the powerful simplifying notion that knowledge is a universal free good, and introduce it as an independent variable in the decision to trade or to invest. (VERNON, 1964)

Portanto, a proximidade com o mercado-alvo ou uma maior capacidade de entendimento de seu funcionamento se configura como uma variável a ser considerada quando da decisão de investir em outra determinada economia.

Partindo dessa linha de raciocínio, Vernon divide o ciclo de produto em três fases principais que destringem as motivações para esse tipo de investimento, partindo da inovação inicial rumo à padronização final do produto.

Nas fases iniciais de desenvolvimento de produto, fase qual por natureza não pode ter nível elevado de padronização, argumenta-se que seja necessária uma maior proximidade com a administração central e com o consumidor final, com fins de poder compreender melhor suas necessidades e de ter espaço para manobras e mudanças de rumo caso as mesmas se manifestem como necessárias. Nesse primeiro estágio, compreende-se que a empresa detenha uma vantagem competitiva forte frente aos seus concorrentes, de modo que a decisão de produzir longe de sua matriz ainda não seja atrativa e que a mesma tenha a capacidade de atribuir menor relevância aos custos intrínsecos da produção.

In the early stages of introduction of a new product, producers were usually confronted with a number of critical, albeit transitory, conditions. For one thing, the product itself may be quite unstandardized for a time; its inputs, its processing, and its final specifications may cover a wide range. (VERNON, 1964)

Após a consolidação do novo produto em questão e aumento na demanda mundial pelo mesmo, Vernon argumenta que se seguirá uma maior padronização do bem, com o intuito de simplificar o processo produtivo e assim atender os mercados consumidores.

Quanto mais o processo de padronização evoluir, menor será a necessidade de estar próximo da sede e do país produtor inicial, justamente nos pontos acima supracitados (proximidade com o cliente final, espaço para mudanças no produto). Logo, fatores como preço da mão-de-obra, preço dos insumos e demais variáveis tangíveis atreladas à localização da produção começam a ter maior valor, tornando a decisão de produzir fora da matriz cada vez mais atraente. Em outras palavras, os custos referentes ao processo de produção começam a ter mais valor frente aos custos atinentes ao desenvolvimento das características do produto.

Vernon adiciona outros fatores como a dificuldade em se mensurar exatamente quais são os benefícios em se produzir em outro país, os riscos políticos atrelados à mudança da produção (possível aumento da tarifa de importação, subsídios pelo país receptor), as ameaças ao Market Share internacional, visto que em função da padronização do produto o mesmo começa a perder sua vantagem competitiva inicial.

Once again, the change has locational implications. First of all, the need for flexibility declines. A commitment to some set of product standards opens up technical possibilities for achieving economies of scale through mass output, and encourages long-term commitments to some given process and some fixed set of facilities. Second, concern about production cost begins to take the place of concern about product characteristics. Even if increased-price competition is not yet present, the reduction of the uncertainties surrounding the operation enhances the usefulness of cost projections and increases the attention devoted to cost. The empirical studies to which I referred earlier suggest that, at this stage in an industry's development, there is likely to be considerable shift in the location of production facilities. (VERNON, 1964)

Em um terceiro e último momento do ciclo do produto, as variáveis referentes aos custos de produção são as mais relevantes e responsáveis pelas vantagens competitivas das empresas, logo, a produção tende a se deslocar para países onde essas vantagens competitivas possam ser usufruídas para atender não somente o mercado desses países, mas também os consumidores do país de origem dos investimentos diretos externos iniciais.

Assim, dentro da perspectiva empresarial, o IED seria entendido como a possibilidade de aproveitamento de determinado produto em diversos países conforme o crescimento do seu próprio ciclo. A grande contribuição da teoria do ciclo de produto é a adição aos fatores

simplistas do comércio internacional da visão acerca das mudanças das vantagens competitivas ao longo do ciclo do produto.

Ainda dentro da perspectiva empresarial, podemos incluir os trabalhos de John Dunning, em particular a teoria do paradigma eclético. Onde o argumento fundamental do autor colabora com a ideia exposta por Vernon, ambos tentam incluir elementos diversos deixando de lado o enfoque simplista relacionado aos custos dos fatores de produção. Essa argumentação responde exatamente a razão pela qual a teoria é chamada de eclética, pelo fato de utilizar diferentes elementos na explicação das motivações para as inversões estrangeiras. Sendo assim, a teoria se baseia em um tripé composto por vantagens decorrentes de O (ownership) L (location) e I (Internalization).

Referente ao primeiro fator, Ownership, Dunning inclui elementos gerenciais intangíveis de posse da empresa matriz, tais como: reconhecimento da marca, técnicas de produção e gerenciamento, processos de empreendedorismo. O autor analisa até que medida estes elementos são passíveis de transferência para as filiais internacionais.

The hypothesis of my thesis then was, if the superior productivity was entirely managerially related, US manufacturing affiliates in the UK should perform at least as well as their parent companies, and fare considerably better than their indigenous competitors. This I identified as the *ownership*-specific effect, as the productivity differences were presumed to rest on the spatially transferable intangible assets of the parent companies. (DUNNING, 2001)

A decisão de efetuar ou não o IED leva em consideração a noção pelo empreendedor de que o mesmo terá vantagens competitivas na economia receptora decorrentes da utilização de seus fatores intangíveis. Caso essas vantagens não se provem benéficas, devem ser avaliadas outras formas de entrada no mercado estrangeiro.

The first is the competitive advantages of the enterprises seeking to engage in fdi (or increase their existing fdi), which are specific to the ownership of the investing enterprises, i.e. their ownership (O) specific advantages. This sub-paradigm asserts that, *ceteris paribus*, the greater the competitive advantages of the investing firms, relative to those of other firms — and particularly those domiciled in the country in which they are seeking to make their investments — the more they are likely to be able to engage in, or increase, their foreign production. (DUNNING, 2001)

O segundo fator chave do paradigma eclético tem seu foco sobre aspectos locais. Dentro dessa divisão entram todos os elementos que tem sua origem em local específico, a saber: existência de matérias-primas abundantes, baixo nível de salários, taxas especiais para investimentos e diminuição de tarifas. Em outras palavras, aqui devem ser ponderadas todas as vantagens ou desvantagens decorrentes da decisão de entrar ou não determinada região específica.

The second is the locational attractions (L) of alternative countries or regions, for undertaking the value adding activities of MNEs. This sub-paradigm avers that the more the immobile, natural or created endowments, which firms need to use jointly with their own competitive advantages, favor a presence in a foreign, rather than a domestic, location, the more firms will choose to augment or exploit their O specific advantages by engaging in fdi. (DUNNING, 2001)

O terceiro fator do tripé formulado por Dunning somente foi incluído posteriormente, devido à falta de poder explanatório decorrente da utilização somente dos fatores O e L. O fator I, internalização, refere-se ao porque da motivação da empresa de origem de efetuar o IED e não somente explorar economicamente pela venda de franquias ou outro tipo de transferência de atividade, em outras palavras, o autor sugere que existam vantagens competitivas que decorrem da iniciativa da empresa de internalizar atividades, explorando ainda mais as que depreendem do fator O.

In explaining the activity of firms outside their national boundaries, I extended the O and L advantages identified in my earlier research to include another set of choices available to firms, which related to the way the firms organised the generation and use of the resources and capabilities within their jurisdiction and those they could access in different locations. In other words, I acknowledged that, to explain fully the extent and pattern of the foreign value added activities of firms, one also had to explain why such firms opted to generate and/or exploit their O specific advantages internally, rather than to acquire and/or sell these, or their rights, through the open market. Such advantages I referred to as internalisation (I) advantages; and these became the third leg of the ownership, location and internalisation (OLI) tripod in explaining the scope and geography of value added activities by multinational enterprises (MNEs). (DUNNING, 2001)

A ideia do fator da internalização está baseada na existência de falhas de mercado, onde se torna mais rentável para determinada empresa usufruir das vantagens existentes em determinado país do que continuar efetuar trocas comerciais ou efetuar acordos internacionais de produção.

The greater the perceived costs of transactional market failure, the more MNEs [multinational enterprises] are likely to exploit their competitive advantages through international production rather than by contractual agreements with foreign firms. (DUNNING, 1987)

A partir do exposto acima, é possível traçar alguns pontos onde a ação de internacionalização pode ser benéfica para a economia receptora.

Ao usufruir de suas vantagens competitivas referentes ao critério O (ownership) de Dunning, a empresa transnacional transfere certa parte de seu know-how gerencial para a empresa situada na economia receptora, sendo que essa última, através dos trabalhadores, pode internalizar e homogeneizar parte dos métodos criando condições para usufruir de seus benefícios, ocorrendo assim uma integração produtiva. Uma similaridade de métodos de

gerenciamento pode laborar positivamente entre contatos comerciais de empresas de países diferentes.

A instalação de uma empresa transnacional em determinado local visando a usufruir de elementos referentes à localização reflete, em geral, a busca por recursos naturais abundantes ou mão de obra barata. Caso o fator primordial seja a mão de obra, pode-se esperar uma grande oferta de emprego na região, assinalando que mesmo que o nível geral de salários seja menor que o da matriz, provavelmente será maior do que o nível de salários da região, gerando efeitos positivos na economia.

A economia receptora das inversões estrangeiras também tem benefícios ao receber informações referentes à economia matriz. Como apontado por Vernon, em sua preocupação com o acesso a informação disponível as empresa, um maior conhecimento dos consumidores e da dinâmica comercial é fator chave para o melhor desenvolvimento do produto.

2.1.3 Ótica Macroeconômica

Com o intuito de complementar seus escritos de enfoque empresarial, John Dunning concentrou esforços macroeconômicos no desenvolvimento da Investment Development Path – IDP. Onde o autor correlaciona fatores macroeconômicos dos países envolvidos que condicionam a entrada e saída de capital. “O IDP sugere cinco estágios de desenvolvimento que seriam seguidos pelos países, relacionando, para cada qual, um nível esperado de emissão e recepção de IDE e diferentes motivadores para a internacionalização das empresas” (VIANNA, 2010).

O produto interno bruto é o indicador macroeconômico utilizado por Dunning na tentativa de correlacionar o desenvolvimento econômico de determinado país com a saída e entrada de investimentos diretos externos. O argumento é o de que conforme o país alcance níveis mais elevados de desenvolvimento econômico, ele passe a participar de forma mais direta da economia mundial via investimentos diretos externos em cinco estágios diferentes.

According to this theoretical framework, five development phases emerge, represented on Graph 1 below. Along these stages the ownership, internalisation and locational advantages of a country's firms - compared to those of other economies - change, making a country evolve from a position of inward to outward direct investor. (FONSECA; MENDONÇA; PASSOS, 2007)

Figura 1 – Ciclos IDP - Dunning

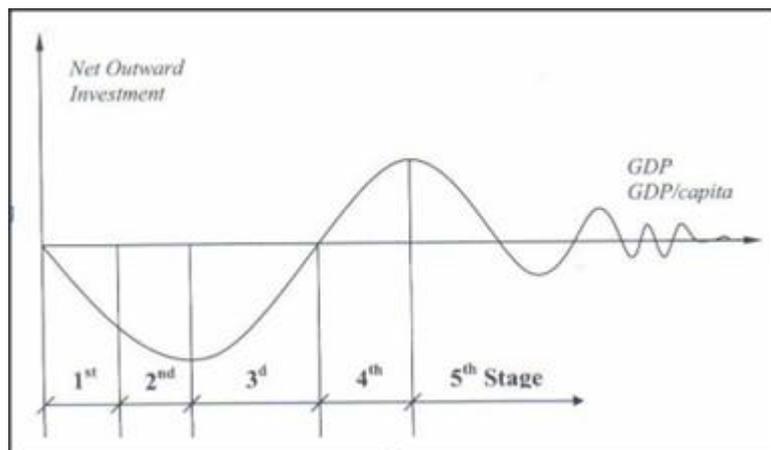


Figura 1. Fonte: Dunning and Narula (1990, apud FONSECA; MENDONÇA; PASSOS, 2007)

Portanto, em um primeiro momento, o país somente seria responsável pela entrada de investimentos diretos externos motivados principalmente pelo acesso a recursos naturais ou fatores de produção mais baratos. Visto que os países que possuem um baixo nível de desenvolvimento econômico não possuem uma estabilidade econômica e outros fatores importantes que as transformem em atrativas de IED, isso favorece a continuidade das relações estritamente comerciais.

The 1st stage of the IDP refers to the least developed countries, that face a negative NOI (Net outward Investment) position, because they are net FDI receivers, they mostly take advantage of the country's natural resources. On the other hand outward FDI is negligible or non-existent. (FONSECA; MENDONÇA; PASSOS, 2007)

Em um segundo estágio a economia torna-se uma receptora de investimentos diretos externos, na medida em que percebe as vantagens imediatas da entrada desse tipo de investimento (aumento do nível de emprego e renda) e apreende a utilizar seus recursos como atrativos, também se pode apontar a criação de indústrias locais destinadas a fazer parte da cadeia produtiva, principalmente em elos anteriores, como motivo da maior entrada de inversões estrangeiras.

Indeed, as a country develops, the improvement of its locational advantages leads to a growth of inward FDI, specially in primary commodities and natural resources, as well as in industries that are intensive in physical capital and low-qualified work, i.e. sectors whose endowment of created assets are scarce. (FONSECA; MENDONÇA; PASSOS, 2007)

O terceiro estágio retrata bem a posição dos chamados países emergentes na economia mundial, no sentido de que começam a receber cada vez menos investimentos diretos e

iniciam a ter posição relevante no cenário mundial como investidores. Isto é basicamente resultado da elevação no nível de competitividade, entrada de divisas e know-how adquirido, em grande parte, das empresas multinacionais que se instalaram no país, tornando o desenvolvimento econômico intrínseco do país suficiente para laborar a favor de uma maior saída de investimentos externos diretos.

Cabe ressaltar que esse estágio também é caracterizado pela criação de vantagens competitivas das empresas nacionais e que sua exploração no mercado externo se limita a países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos.

These countries are still net receivers of direct investment, but their direct investment abroad is quite significant too, specially in countries at lower stages in the IDP (in order to explore the market and to build export platforms to other regions and places). However, we can also see them investing in developed countries, in order to acquire capacities and assets. (FONSECA; MENDONÇA; PASSOS, 2007)

No quarto estágio, conforme apontado no gráfico 1, os investimentos diretos externos feitos ultrapassariam os recebidos, alterando a posição do país na economia mundial. A alteração é justificada novamente pela evolução das empresas nacionais que ao desenvolverem capacidades e vantagens competitivas nacionais relevantes, se encontram em posição de explorar as vantagens oferecidas por outros países.

Note-se que as empresas neste estágio, ao buscarem o mercado externo, não somente buscam mão-de-obra barata ou outros recursos, mas também requisitos mais elaborados, de cunho capital-intensivo.

This happens because domestic firms' ownership-advantages develop, which allows them not only to compete locally with foreign firms but also to expand their activity abroad. These increased investments abroad are motivated by the search of new markets and cheap labour force (efficiency-seeking FDI) in countries located at lower stages of development. The acquisition of strategic assets (strategic-asset-seeking FDI) in high-level countries, assuming either the form of mergers & acquisitions, strategic alliances or other cooperation agreements with firms located in host markets is also a consideration. (FONSECA; MENDONÇA; PASSOS, 2007)

O quinto cenário representa a equalização entre a saída e entrada de investimentos diretos externos, isso se justifica pela dinamização da economia, sendo capaz de oferecer e aproveitar diferentes tipos de vantagens competitivas, cenários ou mercados. Nesse estágio, tanto a entrada como saída de IED está vinculada a diversos setores da economia, não somente a um ou dois campos como nos estágios iniciais.

Finally, in the 5th stage of IDP, proposed by Dunning in 1986, we find the most advanced countries, such as U.S.A., Japan or United Kingdom, which NOI positions tends to fluctuate around zero, but reflecting high levels of inward and outward FDI.

This is the result of the growing similarity between developed countries' economic structures (in terms of factor endowment, technologies and labor qualification), the NOI stock becoming irrelevant. This means that the countries' NOI will vary between a positive and a negative position, depending on the evolution of exchange rates and economic cycles, as well as on the firms' individual strategies. (FONSECA; MENDONÇA; PASSOS, 2007)

A partir do modelo desenvolvido por Dunning é possível traçar alguns resultados macroeconômicos na economia receptora. A entrada de recursos diretos para serem investidos tem como resultado um aumento no nível de divisas estrangeiras no país receptor, esse foi particularmente o caso de grande parte dos países da América do Sul durante seu desenvolvimento econômico, ao atraírem mais investimentos diretos externos diminuía a pressão na balança de pagamentos dependendo menos de empréstimos externos, ainda que no longo prazo as remessas de lucros para a matriz da empresa com sede em outro país venham a ter um efeito perverso na economia receptora.

Ademais, a recepção das inversões estrangeiras também eleva o nível geral de emprego, diminuindo a vulnerabilidade da economia e a aquecendo pelo consumo gerado. Devido à eficácia gerencial das empresas transnacionais, também se pode notar um aumento no nível de produtividade e investimento global, visto que a entrada de uma empresa de tal porte cria a demanda por insumos internos, criando e aquecendo empresas nacionais já existentes.

A captação de maiores recursos também está atrelada ao aumento no montante de tributos recebido, proporcional ao tamanho da empresa instalada na região. Além disso, nota-se um aumento no nível de produtos ofertados, tanto em diversidade quanto em quantidade, resultando em uma maior possibilidade de escolha e menores preços.

2.2 Integração Regional

A significativa integração detém diversas denotações. No caso da integração regional, ela pode ser mais bem entendida como a união de elementos que buscam aumentar a coesão do todo ou então forma-lo.

Compreendendo que os elementos são representados neste caso pelos países e que o todo é exatamente o espaço da integração, depreende-se que o processo de integração é a busca intencional pelos países de um espaço de coesão e cooperação, envolvendo momentos de ganhos e perdas intrínsecas a situação.

“A integração é simultaneamente uma técnica, um processo e uma situação através da qual se pretende substituir unidades independentes (os países que embarcam na experiência de integração) por uma unidade mais ampla (a entidade supranacional)

[...] um aspecto imprescindível para a qualificação de um espaço integrado é a dotação de um conjunto de poderes próprios em favor da entidade supranacional. Sendo estes poderes voluntariamente transferidos pelos países participantes, os Estados Membros.” (MAIOR, 2000)

Eduardo C. Schaposnik apresenta uma versão mais ampla por Gustavo Lagos:

“A integração não é outra coisa senão o processo de unificação de uma sociedade que trata de transformar ou adequar seu sistema econômico, político e cultural para fazer frente às novas necessidades sociais. A integração tem diversos aspectos. Por um lado, unificar uma sociedade é antes de tudo suprimir ou atenuar os antagonismos que a dividem, por fim as lutas que atual ou potencialmente a afetam ou a destroem, restando-lhe possibilidades de crescimento. Porém, integrar uma sociedade não consiste só em suprimir os antagonismos que a afetam, mas, também, desenvolver as solidariedades que as unem”. (LAGOS apud SCHAPOSNIK, 1997)

Ficam bem definidas as motivações e a força dos processos de integração regional, oriunda dos próprios países membros, assim como seu escopo de atividade. Paulo César Colmenero Lopes apresenta a definição de Hurrel que guarda similaridade com as supracitadas.

A Integração Regional, ou simplesmente regionalismo, pode ser definida como sendo um conjunto de políticas, estabelecidas com a intenção de promover o surgimento de uma sólida unidade regional, a qual, além de desempenhar um papel definidor nas relações entre os Estados dessa região e o resto do mundo, constitui a base organizativa para políticas internas da região em diversos temas (HURREL apud LOPES, 2011)

Nesse sentido, o recente movimento de integração regional econômica e política pode ser entendido a luz das mudanças das conjunturas políticas do século XX. As grandes guerras e seus devastadores efeitos sobre a sociedade mundial incutiram no pensamento global a busca por ferramentas que pudessem atenuar ou impedir o surgimento de novos conflitos (sendo a criação da Liga das Nações e da Organização das Nações Unidas os maiores exemplos) bem como buscar por ganhos econômicos e técnicos decorrentes dessa aproximação, representados por uniões econômicas ou técnicas (zonas de livre-comércio ou associações com fins técnicos, como a comissão fluvial internacional).

Percebe-se que as definições acima tem maior aplicabilidade para modelos de integração política, em termos com maior enfoque econômico, a integração econômica regional pode ser definida como:

O processo de integração econômica pode ser visualizado como sendo um conjunto de medidas de caráter econômico e comercial adotadas para promover um tratamento preferencial que, em um primeiro momento, estabelece uma aproximação entre as economias dos Estados participantes e, posteriormente, alcança a união dessas economias [...] busca simultaneamente a diminuição progressiva das barreiras comerciais, mantidas entre os Estados participantes, até a eliminação das mesmas, de forma a propiciar um intercâmbio que fortaleça economicamente a região, criando condições mais favoráveis para o relacionamento com o resto do mundo. (LOPES, 2011)

O processo de integração econômica resulta em diversos benefícios econômicos que podem ser usufruídos pelos países membros, por suas empresas e pelos indivíduos.

O resultado natural da união de diversas economias e mercados é o alargamento do mercado consumidor e produtor. Nesse sentido, os produtores de determinado país podem explorar as economias vizinhas com menores barreiras do que aconteceria caso essas trocas fossem realizadas em bases convencionais de comércio internacional. Ademais, o aumento do mercado produtor também oferece maior disponibilidade de insumos, diminuindo a vulnerabilidade ao desabastecimento interno. Contudo, o referido aumento dos mercados e produtores também significa um crescimento do número de concorrentes, guardadas as similaridades entre os produtos.

A integração dos elos produtivos é representada, além do aumento no nível de oferta dos insumos, pelo transbordamento tecnológico e possibilidades de alianças estratégicas entre empresas de diferentes países membros. Entende-se que essas alianças possam ser realizadas fora de um ambiente de integração, entretanto, quando circunscritas em um, gozam dos benefícios de trânsito facilitado de pessoas, bens e serviços, promovendo a formação dessas alianças.

A formação de instituições comuns dentro de um determinado bloco econômico pode criar maior representatividade dos setores comerciais frente a países importadores ou a outras organizações, como a OMC. Além disso, essas instituições podem ter maior força e escopo de atuação para desenvolver projetos que resultem em benefícios para as empresas dos países-membros (Seminários, estudos, dados estatísticos)

Sendo assim, podemos traçar pontos essenciais para o desenvolvimento de áreas realmente integradas e funcionais.

- Desenvolvimento de Infraestruturas comuns, precipuamente nos setores de transportes e energia.
- Desenvolvimento de Nomenclatura comum e funcional
- Livre trânsito de pessoas, bens e serviços.
- Criação de instituições para defender os interesses do bloco frente a outras instituições e para criar e coordenar políticas internas.
- Integração cultural

Assim, serão utilizados esses pontos principais dos processos de integração regional correlacionados com os impactos dos investimentos diretos externos nas economias

receptoras para o teste da hipótese de que essas inversões estrangeiras podem ser positivas para a integração, comprovando-a se esses reflexos forem positivos nos pontos acima citados.

2.2.1 Estágios da Integração Regional

É lugar-comum afirmar que o processo de integração regional é progressivo, cabe assim indagar quais são os níveis de integração e como eles podem ser identificados. Andrés Malamud descreve quatro estágios crescentes de integração regional a serem descritos abaixo. O primeiro estágio de aproximação regional seria a zona de livre comércio, isso basicamente implica na exclusão das tarifas de importação, proporcionando livre trânsito de mercadorias pelos países membros.

La primera es la zona de libre comercio, um ámbito territorial em el cual no existen aduanas domésticas; esto significa que las productos de cualquier país miembro pueden entrar a otras sin pagar aranceles, como si fueran vendidas em cualquier lugar del país de origen. (MALAMUD, 2011)

O estágio seguinte engloba o estágio anterior e a criação de uma união aduaneira, que é representada pela criação de uma tarifa externa comum aos produtos dos países de fora do bloco, objetivando uma livre concorrência entre os países membros.

La segunda etapa es la unión aduaneira, que establece um arancel a ser pagado por los productos provenientes de terceros países; ello implica que los Estados miembros formam una sola entidade em el ámbito del comercio internacional. (MALAMUD, 2011)

Em um terceiro momento, Malamud aponta para a criação do mercado comum de fato, caracterizado pela união aduaneira acrescida da livre circulação de bens, pessoas e serviços. Nesse estágio existe uma maior dependência dos países entre si.

La tercera etapa es el mercado común, unión aduaneira a la que se agrega la libre movilidad de los factores productivos (capital y trabajo) a la existente movilidad de bienes y (eventualmente) servicios; tal avance requiere la adopción de una política comercial común y suele acarrear la coordinación de políticas macroeconómicas y la armonización de las legislaciones nacionales. (MALAMUD, 2011)

O estágio final, a união econômica, reúne todos os estágios anteriores adicionando elementos de maior vínculo entre os países membros, como a adoção de uma moeda comum e políticas monetárias únicas. O único processo de integração que alcançou este estágio é a União Europeia, muito embora existam diversos estudos acerca desse processo específico, sua contemporaneidade e particularidades dificultam a análise e estudo dos resultados de uma união econômica.

Portanto, a partir da definição dos estágios de um processo de integração regional, temos o seguinte esquema:

Figura 2 – Estágios da integração regional



Figura 2. Elaboração Própria

Assim, a partir da observação dos estágios de integração, fica evidenciada a necessidade de cumprimento de determinados pré-requisitos para que o processo possa avançar a um nível superior, indicando uma maior interdependência entre os membros.

2.2.2 Breves Considerações Sobre o MERCOSUL

Em março de 1991, com a assinatura do tratado de assunção, formalizou-se a criação de um mercado comum entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai dando início ao MERCOSUL, ainda que as intenções de realização de um bloco entre esses países seja algo muito mais antigo. Cabe ressaltar também que foi com o Protocolo de Ouro Preto em 1994 que o Mercado Comum do Sul tomou suas bases institucionais e divisões operacionais.

A formação do desse bloco econômico está pautada na observação da necessidade por parte dos países fundadores de uma melhor inserção no cenário econômico mundial, usufruindo de forma mais produtiva dos benefícios decorrentes do mesmo e da busca pelo desenvolvimento interno de cada economia, ambições bem exemplificadas no preâmbulo do tratado:

Considerando que a ampliação das atuais dimensões de seus mercados nacionais, através da integração, constitui condição fundamental para acelerar seus processos de desenvolvimento econômico com justiça social; Entendendo que esse objetivo deve ser alcançado mediante o aproveitamento mais eficaz dos recursos disponíveis, a preservação do meio ambiente, o melhoramento das interconexões físicas, a coordenação de políticas macroeconômicas e a complementação dos diferentes setores da economia, com base nos princípios de gradualidade, flexibilidade e equilíbrio; Tendo em conta a evolução dos acontecimentos internacionais, em especial a consolidação de grandes espaços econômicos, e a importância de lograr uma adequada inserção internacional para seus países; (TRATADO DE ASSUNÇÃO, 1991)

Entretanto, o desenvolvimento de um bloco econômico e a consecução dos objetivos acima propostos esbarra em diversos interesses nacionais e internacionais, por vezes contrários a efetivação e pleno funcionamento de uma estrutura desse porte, bem como em problemas intrínsecos ao processo de integração. Assim, o estabelecimento do Mercado Comum do Sul evidentemente resulta em benefícios para as partes, mas também tem como produto muitos problemas e processos incompletos, dificultando a efetivação plena do bloco e o uso de suas potencialidades. É possível citar a falta de infraestrutura interligada, número reduzido de políticas macroeconômicas coordenadas e uma baixa institucionalidade como alguns dos problemas enfrentados hoje pelo bloco, assim como a não efetivação de estágios anteriores de integração.

Dentro do MERCOSUL, a busca pelos estágios superiores de integração superou a necessidade de conclusão de estágios anteriores, ou seja, o estabelecimento do mercado comum não se deu após a plena estabilização da União Aduaneira, indicando processos incompletos e gerando entraves a integração plena.

Desta forma, a resolução das dificuldades do MERCOSUL sempre esteve na pauta dos países envolvidos, visto que os benefícios gerados pelo processo de integração são maiores dos que os custos necessários para tal, incluindo na balança o gigante custo político de um abandono do bloco regional.

Entretanto, o Mercado Comum do Sul engloba diversas dimensões e é suscetível não apenas a ações governamentais, ainda que estes sejam os principais atores, mas também sofre impactos de diferentes fatores, como crises internacionais, problemas econômicos domésticos e interferências não estatais como as empresas transnacionais.

CAPÍTULO III

3. Investimento Direto Externo: Panorama e Cenário Brasileiro

Com o intuito de fornecer os dados necessários para a interpretação da existência ou não de uma correlação positiva entre os investimentos brasileiros diretos nos países do MERCOSUL com o avanço na integração dessa mesma organização pretende-se, nesta sessão, como objetivo central apresentar de forma clara os dados referentes a este tipo de investimento, realizando uma análise qualitativa e quantitativa dos mesmos.

Pretende-se inicialmente fornecer dados gerais acerca da movimentação de investimento direto externo de forma global, oferecendo um panorama geral da atividade dividindo os países conforme seu nível de desenvolvimento.

Na sequência se discutirá a emergência deste tipo de investimento de países considerados em desenvolvimento, que tradicionalmente foram receptores dessa modalidade, indicando quais são os países responsáveis por essa inversão na economia mundial.

Sendo o enfoque principal do presente trabalho a integração regional sul-americana, também serão expostos dados sobre investimento direto externo no âmbito do MERCOSUL, além de um breve panorama sobre esta atividade em cada um dos países membros.

Após a exibição do panorama geral, serão destacados os investimentos brasileiros diretos externos que tem como destino países integrantes do MERCOSUL, indicando, além de fatores históricos, quais são os setores responsáveis pela maior parte dos investimentos e qual é a presença brasileira real na Argentina, Paraguai e Uruguai, possibilitando assim a visualização de um panorama geral que permita análises mais complexas.

Para fins metodológicos, considerar-se-á a definição de investimento direto externo elaborada pelo Fundo Monetário Internacional, a saber:

The term describes a category of international investment made by a resident entity in one economy (direct investor) with the objective of establishing a lasting interest in an enterprise resident in an economy other than that of the investor (direct investment enterprise). "Lasting interest" implies the existence of a long-term relationship between the direct investor and the enterprise and a significant degree of influence by the direct investor on the management of the direct investment enterprise. Direct investment involves both the initial transaction between the two entities and all subsequent capital transactions between them and among affiliated enterprises, both incorporated and unincorporated. (FMI, 2012)

Considerando a disponibilidade de dados pelo Banco Central e pela UNCTAD e o método de exposição proposto neste trabalho, será utilizada a base de dados referente à modalidade

quantitativa de *Stock*, onde o investimento direto externo é “*FDI Stock is the value of the share of their capital and reserves (including retained profits) attributable to the parent enterprise, plus the net indebtedness of affiliates to the parent enterprises*” (UNCTAD, 2012).

3.1 Evolução do Investimento Direto Externo Mundial

As contemporâneas mudanças no cenário econômico mundial dos anos recentes tiveram impactos significativos na dinâmica econômica vivenciada em todo o globo. Naturalmente, cabe afirmar que essas modificações também tiveram grande impacto nos fluxos de investimento direto externo ao afetar suas principais variáveis.

A crise econômica vivenciada no final da década passada foi responsável por uma queda considerável no nível desse fluxo a nível mundial, resultado natural da situação de contração e restrição econômica pela quais diversos países se viram imersos, muito embora já seja possível observar uma retomada dos investimentos.

Conforme o relatório anual da UNCTAD, somente em 2011 esse nível alcançou patamares similares aos existentes antes da crise, onde o fluxo de investimento direto externo alcançou 1.5 trilhão de dólares. Sendo assim, é admissível apontar para um novo ciclo de expansão deste tipo de atividade, sendo a principal razão desta expectativa de aumento o fato de que, durante a crise, grandes corporações multinacionais assumiram um perfil de cautela, acumulando recursos em estoque que estariam disponíveis para serem aplicados nos próximos anos.

Cabe ressaltar que esta projeção de novo ciclo de expansão e crescimento das atividades de investimento direto externo é moderada, com projeções de um fluxo de 1,9 trilhão de dólares em 2014. A razão principal para esse crescimento moderado é a existência de incertezas tanto na economia global como em economias nacionais de países específicos, gerando um ambiente de desconforto para grandes empreendimentos.

Conforme explanado pelo gráfico abaixo, que apresenta a saída de investimento direto externo subdividindo os países em economias desenvolvidas, economias em transição³ e economias

³ A terminologia “economias em transição” diz respeito a países que passaram por processo de desmembramento ou deixaram de existir durante o período de análise, a saber: Russian Federation, Serbia, Serbia and Montenegro, Socialista Federativa Republic of Yugoslavia, Tajikistan, TFYR of Macedonia, Turkmenistan, Ukraine, Union of Soviet Socialist Republics, Uzbeskitan. Cabe ressaltar que grande parte do valor desses dados é referente à Federação Russa.

em desenvolvimento, é possível obter um panorama geral da atividade, bem como inferir duas tendências principais.

Figura 3 - Saída de IED no período 1995-2011: Mundo e economias selecionadas

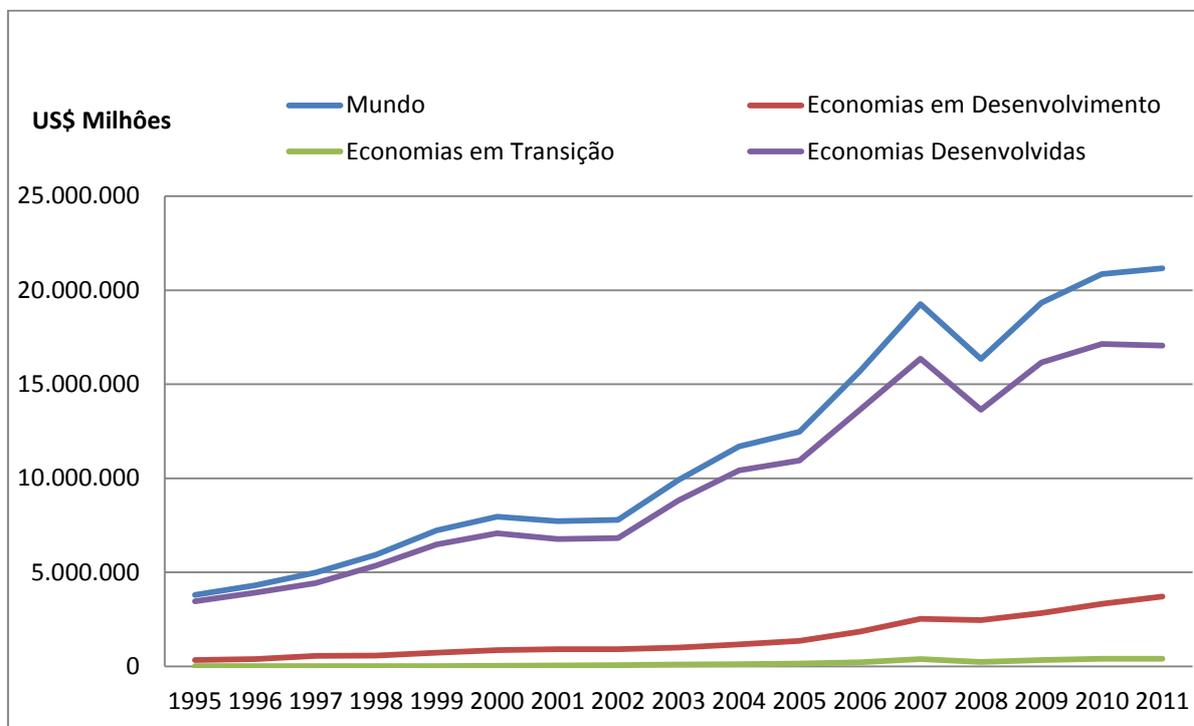


Figura 3. Fonte: Elaboração própria a partir de dados da UNCTADstat

A primeira delas diz respeito ao crescimento continuado dos investimentos diretos externos ao longo do tempo, em grande parte em função da liberalização do comércio e flexibilização da economia mundial, observa-se também a queda supracitada em 2008 decorrente do impacto da crise internacional.

A segunda tendência diz respeito a incipiente emergência dos países em desenvolvimento como relevantes na categoria de investidores internacionais, modificando o papel histórico de receptores deste tipo de investimento. Cabe aqui lembrar os conceitos indicados por Dunning⁴, que preveem essa mudança no comportamento das economias frente ao recebimento de fortes inversões estrangeiras.

Com a utilização da mesma subdivisão de grupos do gráfico acima para analisar a entrada de investimento direto externo torna-se possível traçar alguns paralelos, sendo o mais evidente dos mesmos o declínio em 2008 em função da crise mundial.

⁴ Ver referencial teórico

Excluindo da análise as economias em transição e observando a linha de crescimento da entrada de inversões estrangeiras, é possível afirmar que tanto os países desenvolvidos como os em desenvolvimento ainda gozam da entrada de consideráveis montantes de recursos externos, com um crescimento mais acentuado no período recente para as economias em desenvolvimento.

Figura 4 - Entrada de IED no período 1995-2011: Mundo e economias selecionadas

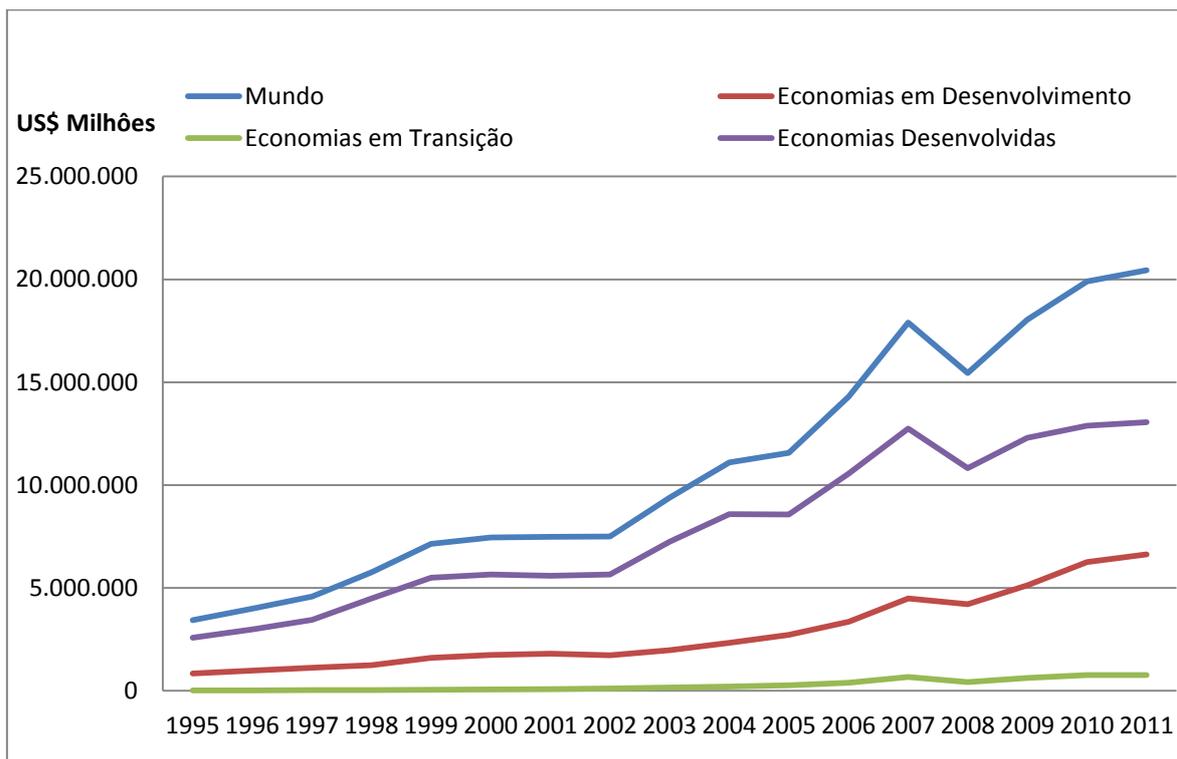


Figura 4. Fonte. Elaboração própria a partir de dados da UNCTADstat

Torna-se inteligível a partir da exposição dos dados acima a dinâmica atual dos investimentos externos no mundo. A observação mais notável diz respeito à preponderância dos países desenvolvidos tanto na emissão quanto na recepção dos investimentos, muito embora também seja possível destacar a emergência dos países em desenvolvimento como investidores internacionais, modificando em parte a situação de dependência das economias mais desenvolvidas.

3.1.1 Investimento Direto Externo Originário de Países em Desenvolvimento

Conforme assinalado anteriormente, a ascensão dos países em desenvolvimento como investidores internacionais é um fator chave na mudança da dinâmica do investimento direto externo na economia mundial. Sendo esse crescimento impulsionado principalmente pela China, Taiwan, Brasil, México, Coreia do Sul e África do Sul.

A figura abaixo expõe os dez principais países em desenvolvimento por valor investido no exterior. Evidenciando a preponderância Chinesa (Hong Kong e China) com investimento de mais de US\$ 8.000.000 milhões de dólares, bem como da região asiática, pela presença entre os dez de Taiwan, Singapura e da Coreia do Sul.

Figura 5 - IDE originário de países em desenvolvimento (2011): Economias em desenvolvimento

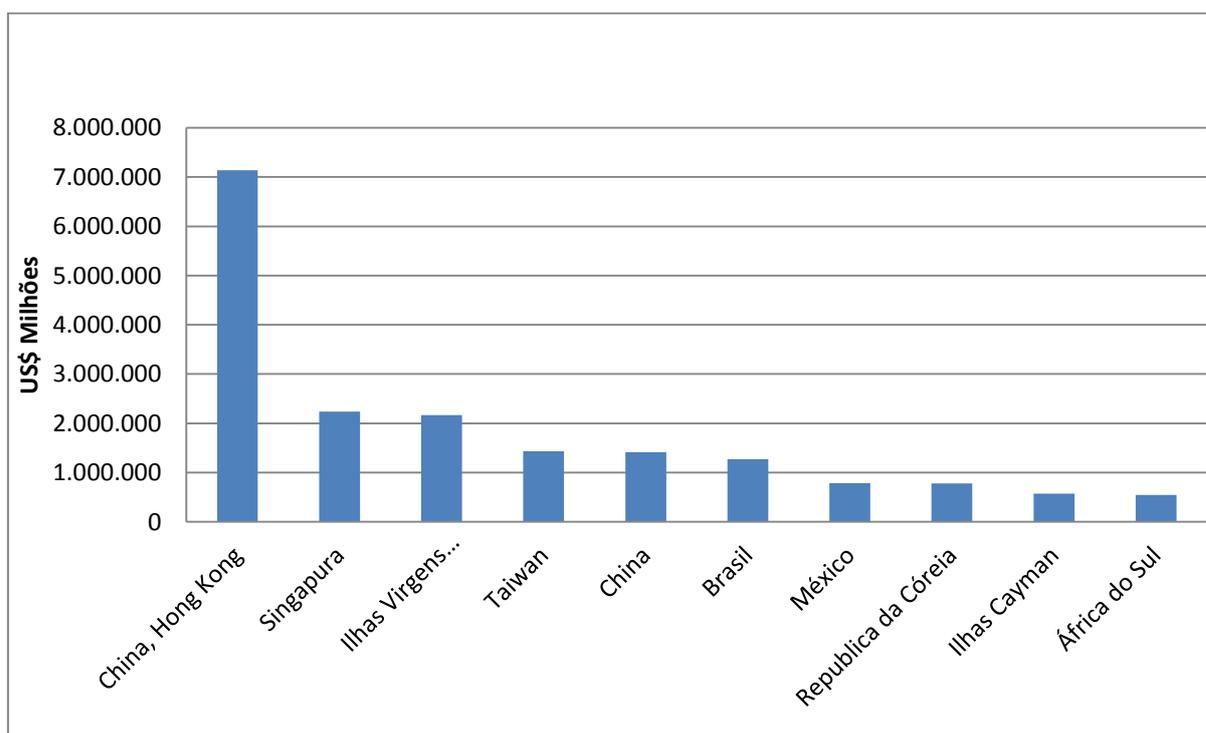


Figura 5. Fonte: Elaboração própria a partir de dados da UNCTADstat

Cabe ressaltar que a mudança de postura dos países em desenvolvimento de receptores para emissores de investimentos internacionais é um fenômeno recente, apesar de seus grandes impactos no cenário internacional. Assim, essa incipiente dinâmica econômica, em função da não existência de precedentes, torna mais difícil análises sobre impactos ou tendências destes novos *players* do cenário internacional.

3.2 O Investimento Direto Externo e o Mercosul

A história dos países integrantes do MERCOSUL é permeada de pontos em comum, justificados em função da proximidade geográfica e da história de colonização decorrente da expansão marítima do século XVI. Assim, a sua posição histórica de dependência na economia mundial, grosso modo, tem base em sua colonização exploradora e em seu desenvolvimento tardio.

Alterando o foco para período mais recente é possível identificar elementos determinantes de sua formação. Dentro do campo político aponta-se para a existência, entre os anos sessenta e noventa, de regimes ditatoriais que modificaram as bases internas dos Estados em diversos pontos, principalmente na economia.

Aprofundando a análise econômica, é possível observar que esses países tiveram participação periférica na economia mundial, caracterizados pela exportação de bens primários e importação de bens de alto valor agregado, pela instabilidade econômica em determinados períodos e pela posição de devedores internacionais.

No ponto específico do investimento direto externo, conforme fica ilustrado no gráfico abaixo, é possível observar no bloco econômico a preponderância da entrada destes investimentos, ainda que, também se observe um início de reversão de tendência no campo da saída desse tipo de investimento.

Figura 6 - Entrada e Saída de IDE no MERCOSUL (2011)

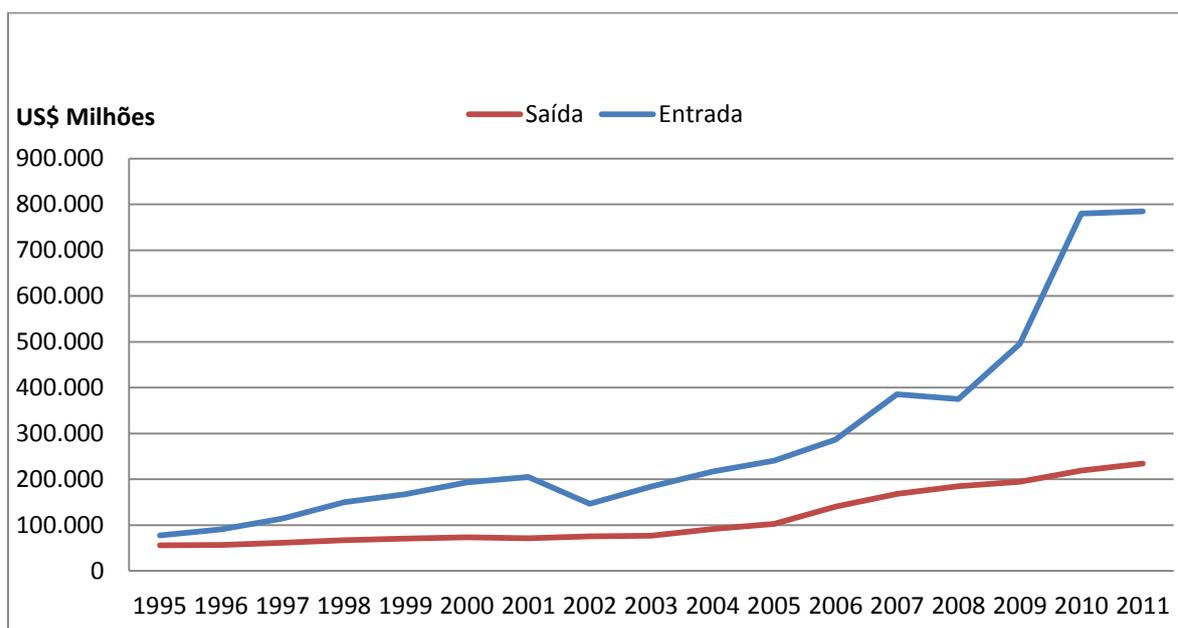


Figura 6. Fonte: Elaboração própria a partir de dados da UNCTADstat

A formação do mercado comum do sul, assim como a criação de qualquer bloco econômico, pode criar um ambiente mais atrativo para empresas multinacionais aumentando a entrada de investimentos. A sustentação desse argumento tem base no resultado natural alcançado quando do processo de integração, ou seja, além do aumento do mercado a ser atingido pela multinacional, ela também pode se beneficiar de outros resultados da integração, sendo maior exemplo o aumento da liberalização econômica e a criação de um ambiente institucional mais estável.

A reasonable generalization is that regional integration should enhance the attractiveness of investing in the region as a whole by creating a larger common market and contributing to improved overall efficiency and higher income levels in that market. The magnitude of the changes in investment will be related to the significance and nature of the trade and investment liberalization initiatives embodied in the RIA. (BLOMSTRÖM; KOKKO, 1997)

Apesar das similaridades existentes entre os países integrantes do MERCOSUL, faz-se necessário uma análise individual referente à emissão e recebimento de investimento direto externo, demonstrada no gráfico abaixo.

Figura 7 - Saída de Investimento Direto Externo 1995-2011: Países do MERCOSUL

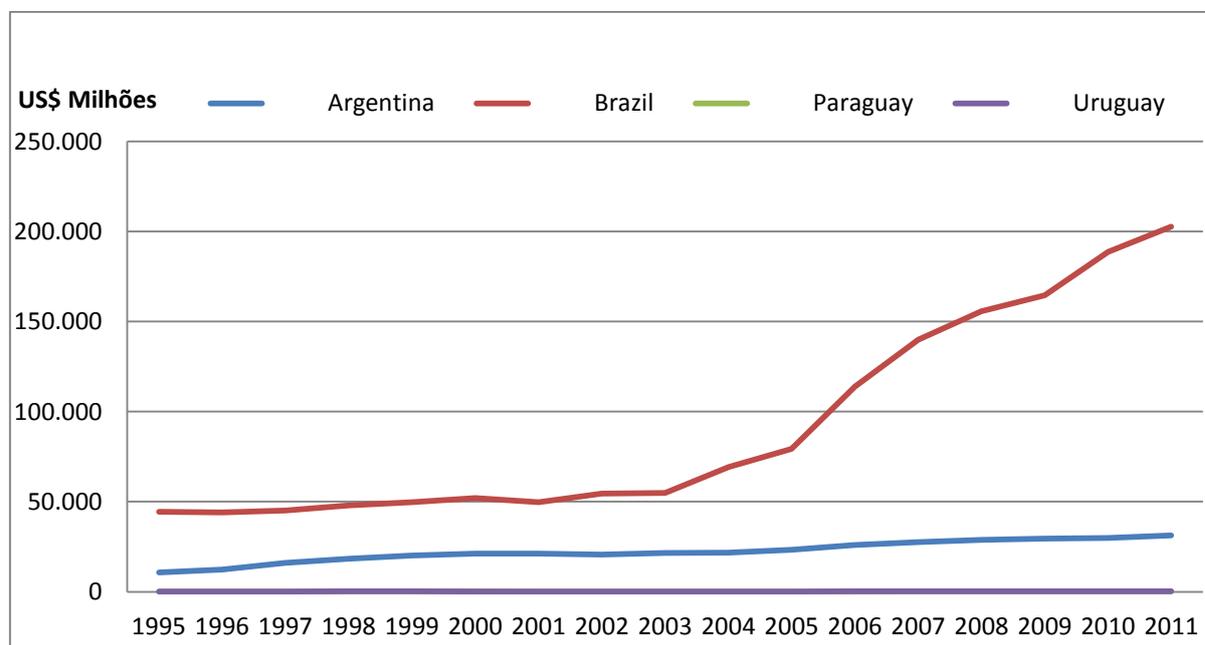


Figura 7. Fonte: Elaboração própria a partir de dados da UNCTADstat

Figura 8 - Saída de Investimento Direto Externo 1995-2011: Países do MERCOSUL

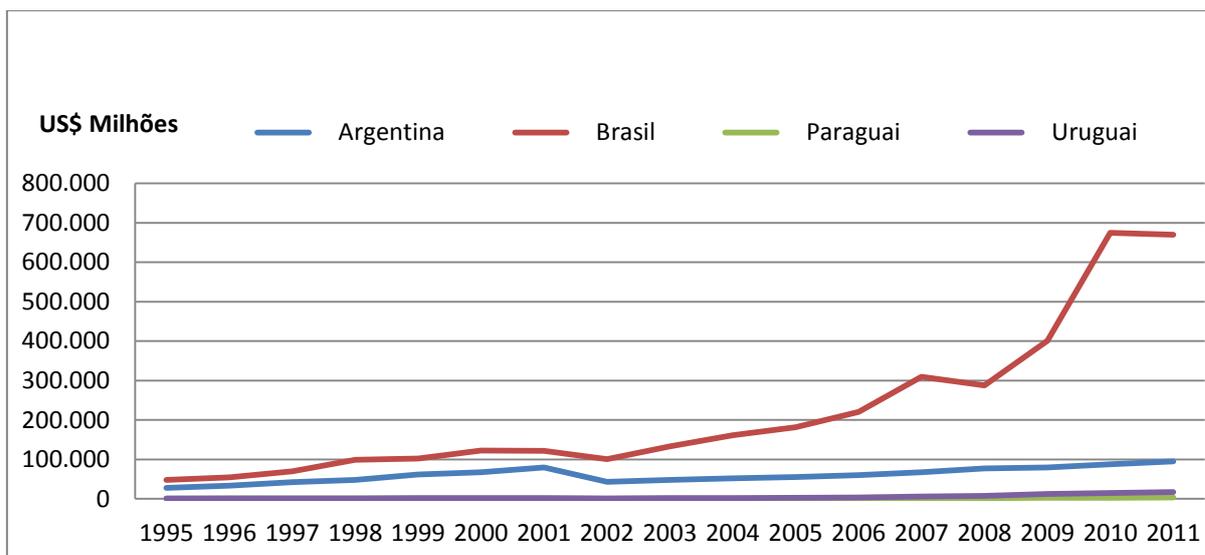


Figura 8. Fonte: Elaboração própria a partir de dados da UNCTADstat

Sendo assim, fica nítida a preponderância do Brasil frente aos demais países do bloco econômico, tanto na saída quanto na entrada de investimentos. Sendo as explicações e detalhamentos o objeto de descrição do próximo tópico.

Magnus Blomstrom e Ari Kokko, dentro do seu estudo sobre a relação entre investimento direto externo e o MERCOSUL, indicam que existe uma correlação positiva entre a criação do MERCOSUL e uma maior entrada de investimentos diretos externos na região: *The available evidence, although patchy, show that a strong investment expansion has coincided with this integration process, and it is reasonable to assume that the continuing integration process may stimulate further significant investment responses.* Entretanto, ressaltam que outros fatores também estão relacionados a esse aumento de investimentos, dentre os quais destacam a estabilidade macroeconômica do Brasil e da Argentina dentro do bloco.

However, the inflows of FDI are not likely to be distributed equally to all participating countries. The two countries with the strongest locational advantages, Argentina and Brazil have been the main beneficiaries of increased FDI inflows in the short to medium run. [...] Macroeconomic stability may have been a more important determinant of FDI inflows to both Argentina and Brazil than is regional integration: both the Argentinean and Brazilian experiences can be interpreted as responses to successful stabilization programs rather than consequences of regional integration. (BLOMSTRÖM; KOKKO, 1997)

Evidenciadas as diferenças de relacionamento das economias integrantes do MERCOSUL com os demais países do cenário econômico mundial em termos de investimento direto externo, cabe uma análise mais profunda do caso brasileiro que mais destoa dos demais países do bloco.

3.3 Investimento Direto Externo - Brasil

A formação econômica brasileira sofreu grande influência do setor externo, seja pela necessidade de financiamento internacional ou pela entrada de empresas multinacionais. Desde o fim da segunda guerra mundial é possível observar como a entrada de investimentos diretos externos no Brasil modificou as estruturas internas produtivas e como essas empresas foram decisivas em determinados setores, sendo o automobilístico o maior exemplo.

A estrutura produtiva brasileira tem como uma de suas principais características um elevado grau de internacionalização, com presença marcante de empresas de capital estrangeiro na pauta de produção e de comércio exterior. O papel preponderante e de liderança das empresas transnacionais (ETNs) em diversos setores industriais e de serviços são aspectos constitutivos do próprio processo de industrialização brasileiro. (HIRATUKA; SARTI, 2011)

A década de 80 registrou uma queda significativa no interesse internacional pelo Brasil. Os fatores explicativos concentram-se nas dificuldades macroeconômicas brasileiras, relacionadas ao período inflacionário e a crise da dívida externa. Sendo assim, somente após o sucesso dos planos de estabilização que o país voltou a atrair capital estrangeiro, notadamente no fim da década de 90.

A volta do recebimento de capitais estrangeiros no país evidenciou o baixo nível de internacionalização das empresas brasileiras, agravado pela concentração dessa atividade em poucas empresas e setores de baixo valor agregado, tendo como principais motivações fugir das contrações internas e se beneficiar de situações externas favoráveis. Em outras palavras, as motivações se concentravam na fuga de problemas de ordem interna, indicando um caráter defensivo de internacionalização.

A correlação entre o recebimento e emissão de investimento direto externo no Brasil é similar aos países em desenvolvimento, corroborando, até certo ponto, com a Investment Development Path – IDP de John Dunning, onde afirma que a emissão de investimentos para o exterior aumenta conforme o próprio desenvolvimento do país.

Embora a assimetria entre os fluxos de IDE recebido e realizado seja característica geral dos PEDs, mesmo entre os mais internacionalizados, no caso brasileiro essa tendência foi bem mais acentuada. [...] é possível observar que o coeficiente da relação IDE realizado e IDE recebido para os PEDs no período 1990-2000 era de 40,5% contra 122,5% para os países avançados. No mesmo período, o coeficiente foi de apenas 8,7% para o Brasil. O coeficiente foi também muito baixo para China e Índia. A inserção externa das empresas brasileiras continuou preponderantemente via comércio de produtos de menor valor agregado e conteúdo tecnológico.[...], configurando caráter defensivo da estratégia de internacionalização. Essa assimetria

refletia os diferenciais de competitividade e de capacidade de acumulação tecnológica e de capital das empresas nacionais frente às estrangeiras (HIRATUKA; SARTI, 2011)

Entretanto, na última década, foi possível observar um crescimento da inserção internacional produtiva brasileira, assim como uma diversificação dos setores e desconcentração de grandes empresas nessa atividade. Portanto, cabe ressaltar que a saída de IED, ou seja, o investimento brasileiro no exterior é um fenômeno relativamente recente, de difícil análise, mas que demonstra muito potencial.

Figura 9 - Entrada e Saída de IED 1995-2011: Brasil

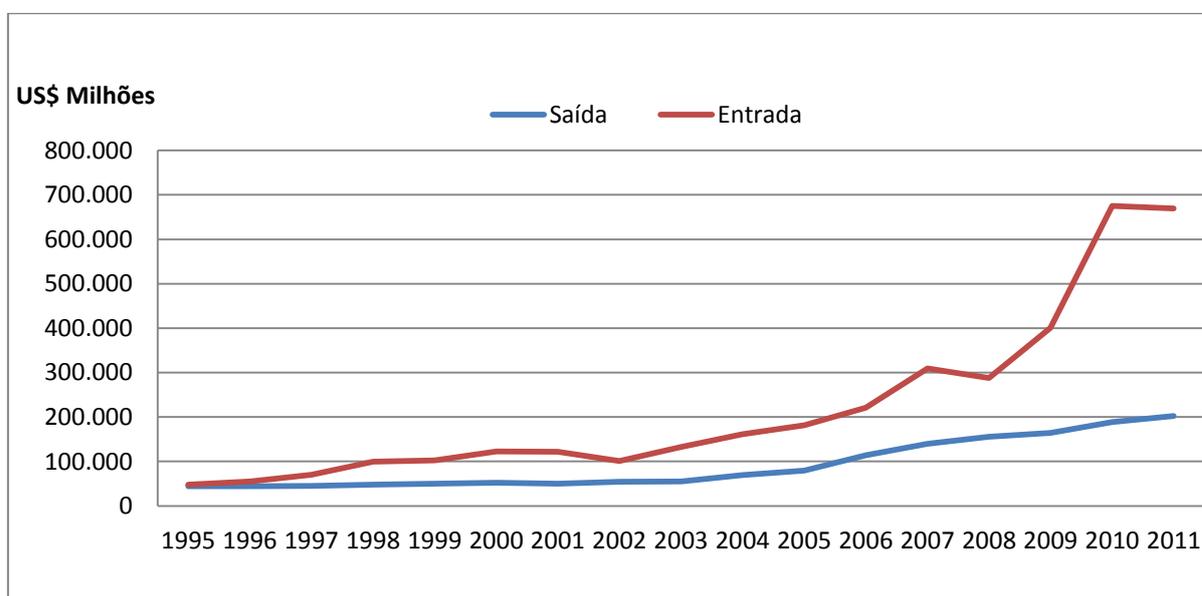


Figura 9. Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Banco Central (CBET)

Conforme dados disponibilizados pelo Banco Central através da série Capitais Brasileiros no Exterior é possível observar um crescimento de 407% na saída de investimentos externos diretos brasileiros nos últimos dez anos, evidenciando a importância desse fator na economia recente brasileira.

Esse crescimento acelerado também fica evidente no ranking das transnacionais brasileiras elaborado pela Fundação Dom Cabral. O relatório possui na amostra as 47 principais multinacionais brasileiras que atuam no exterior e utiliza um índice de internacionalização similar ao elaborado pela UNCTAD, apontando para um crescimento acelerado da inserção internacional das principais empresas brasileiras no mercado externo, principalmente por aumento nas receitas geradas e no número de empregados no exterior.

No que tange a dispersão geográfica destas 47 principais empresas, duas observações fundamentais são destacadas. A primeira delas diz respeito à preponderância da América Latina como destino da primeira subsidiária internacional com 63,3% dos casos, a segunda observação diz respeito a presença brasileira no mundo, onde 77,8% das empresas analisadas no relatório detém presença na América Latina.⁵

Quanto aos setores de destino dos investimentos diretos externos brasileiros, apesar da predominância do setor de serviços, pode-se assinalar para uma considerável parcela do fator indústria no conjunto, indicando que determinados projetos de inversão são de fato produtivos.

Figura 10 - Investimento Brasileiro Direto por Setor - 2011

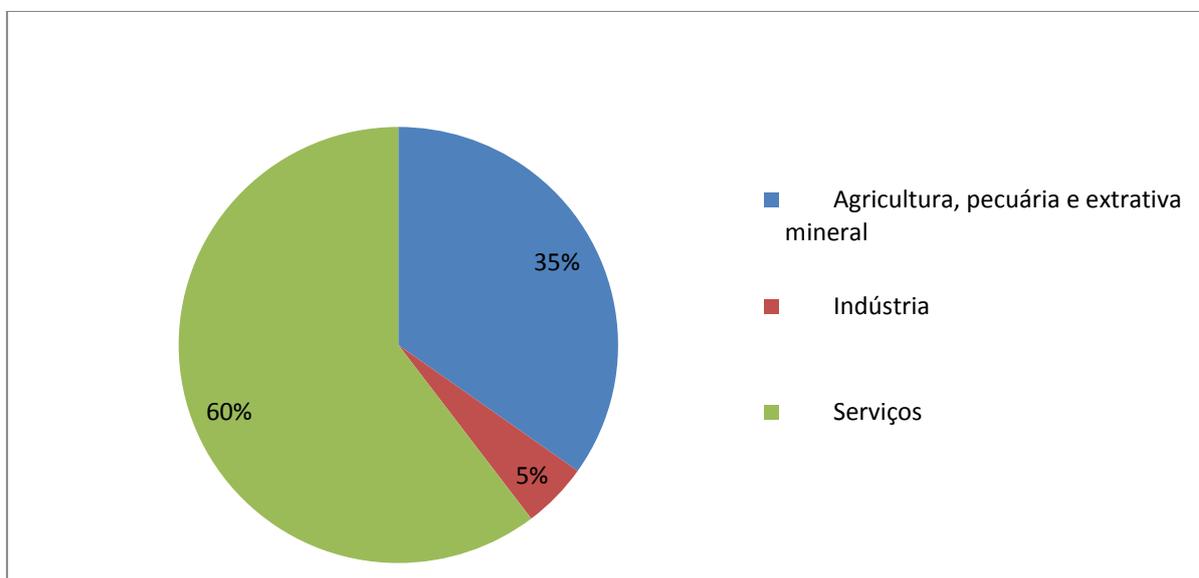


Figura 10. Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Banco Central (CBET)

Voltando a análise para os dados disponibilizados pelo Banco Central, fica evidente a distribuição geográfica dos investimentos brasileiros no exterior. Cabe especial atenção aos primeiros países da lista, conhecidos como paraísos fiscais e que, portanto, não faz jus a análise proposta no presente trabalho.

⁵ Transnacionais do Brasil – Fundação Dom Cabral

Tabela 1 - Investimento Brasileiro Direto Externo: Distribuição geográfica.

Pos	País	2007	2008	2009	2010	2011	Soma 07-11	% Crescimento
1	Áustria	31 212	31 024	36 268	37 092	47 390	182 987	52%
2	Ilhas Cayman	16 431	14 124	18 308	29 466	32 138	110 468	96%
3	Ilhas Virgens Britânicas	11 245	10 685	13 387	14 724	16 231	66 272	44%
4	Bahamas	9 341	9 531	10 291	12 353	12 921	54 437	38%
5	Estados Unidos	7 800	9 167	9 943	13 184	10 291	50 386	32%
6	Dinamarca	10 829	8 036	9 698	9 290	9 831	47 683	-9%
7	Países Baixos	2 160	2 380	3 600	10 785	20 819	39 744	864%
8	Espanha	4 083	5 055	5 270	8 992	11 187	34 587	174%
9	Mercosul	6 075	6 383	6 681	8 431	8 836	36 406	45%
10	Luxemburgo	4 259	4 602	4 356	4 794	5 425	23 436	27%
11	Argentina	2 360	3 376	4 251	5 148	5 143	20 277	118%
12	Uruguai	1 878	2 443	2 531	2 497	2 384	11 733	27%
13	Portugal	1 493	1 449	1 962	3 257	3 008	11 170	101%
14	Hungria	901	1 827	1 751	2 489	2 513	9 481	179%
15	Panamá	1 185	3 727	1 005	1 614	1 443	8 974	22%
16	Peru	584	244	704	2 254	1 902	5 688	226%
17	Reino Unido	805	1 341	977	929	1 065	5 117	32%
18	Ant.Holandesas	1 351	1 052	224	550	489	3 665	-64%
19	Canadá	16	13	1 128	1 976	230	3 362	1342%
20	Bermudas	599	234	1 212	577	567	3 189	-5%
21	Colômbia	178	298	561	872	1 194	3 103	571%
22	Venezuela	218	282	801	679	762	2 743	250%
23	França	156	204	247	1 006	949	2 562	509%
24	Chile	509	387	459	574	608	2 537	19%
25	México	175	249	294	528	688	1 935	292%
26	Gibraltar	324	332	362	380	403	1 800	25%
27	Irlanda	125	-	0	462	695	1 282	456%
28	Paraguai	117	153	170	262	350	1 052	200%
29	Alemanha	135	164	154	110	230	793	70%
30	Ilhas Virgens (EUA)	69	80	161	199	247	755	261%

Tabela 1. Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Banco Central (CBET)

Sendo assim, o valor agregado investido no MERCOSUL fica abaixo de fato dos Estados Unidos, Países Baixos, Espanha e Dinamarca. Cabe lembrar que os dados disponibilizados pelo Banco Central representam participação brasileira no capital, nesse sentido o investimento nos países supracitados não necessariamente traduz investimentos físicos ou instalações de produção, fato que é mais recorrente, como demonstrado pelo relatório Transnacionais do Brasil, nos países da América do Sul.

Ao colocar em evidência os países integrantes do MERCOSUL, além de demonstrar exatamente a quantidade de recurso investido em cada país, demonstra-se problema já

previsto por estudos⁶ entre investimento direto externo e integração regional - a concentração de recurso entre os países. Fica nítido assim o maior investimento brasileiro na Argentina em detrimento do Paraguai e Uruguai, onde no agregado dos últimos cinco anos a Argentina recebe o dobro do investido no Uruguai.

Figura 11 - Investimento Brasileiro Direto Externo: Países do MERCOSUL

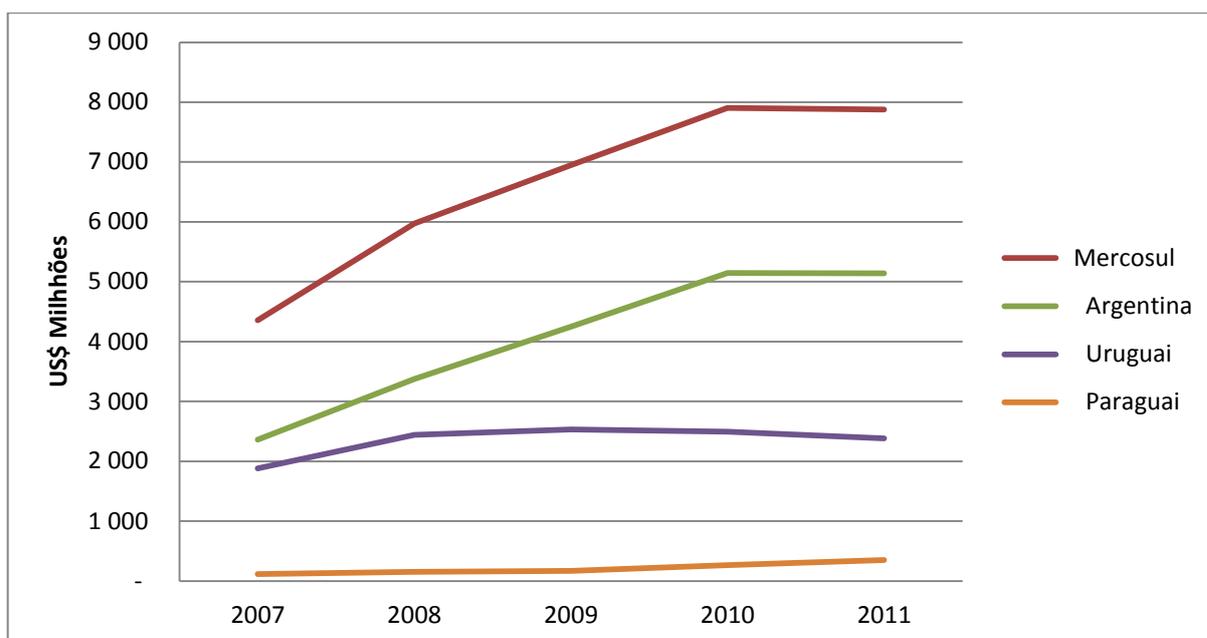


Figura 11. Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Banco Central (CBET)

Entretanto, a partir da relação entre o investimento brasileiro em cada país do MERCOSUL e o montante recebido pelo resto do mundo fica evidente a posição não consolidada brasileira dentro da economia desses países, onde somente no caso do Paraguai o Brasil tem participação expressiva. Isso pode ser observado nas figuras abaixo, que compreendem os investimentos recebidos do mundo e do Brasil no espaço temporal dos últimos cinco anos (2007-2011).

Figura 12 - Entrada de IED - Argentina

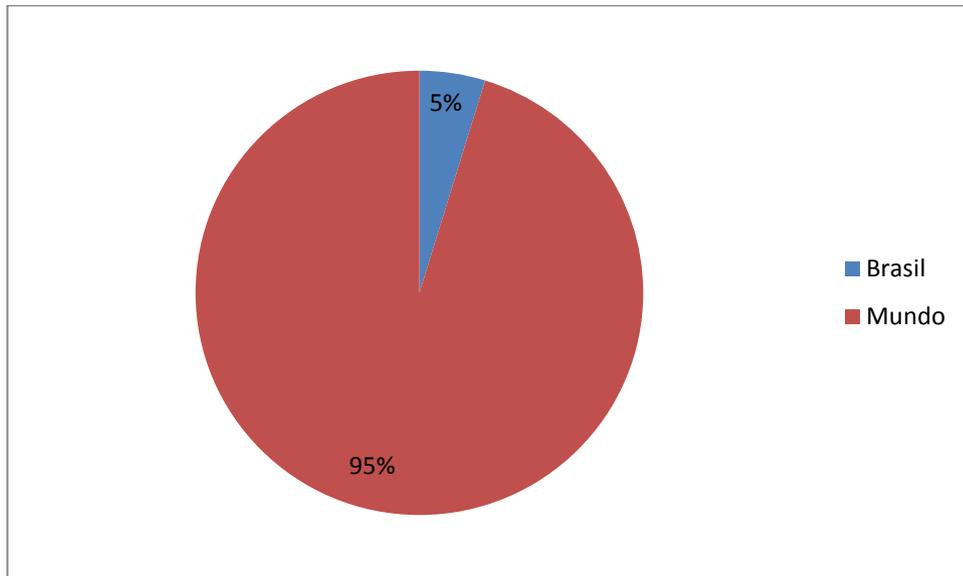


Figura 12. Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Banco Central (CBET)

Figura 13 - Entrada de IED - Paraguai

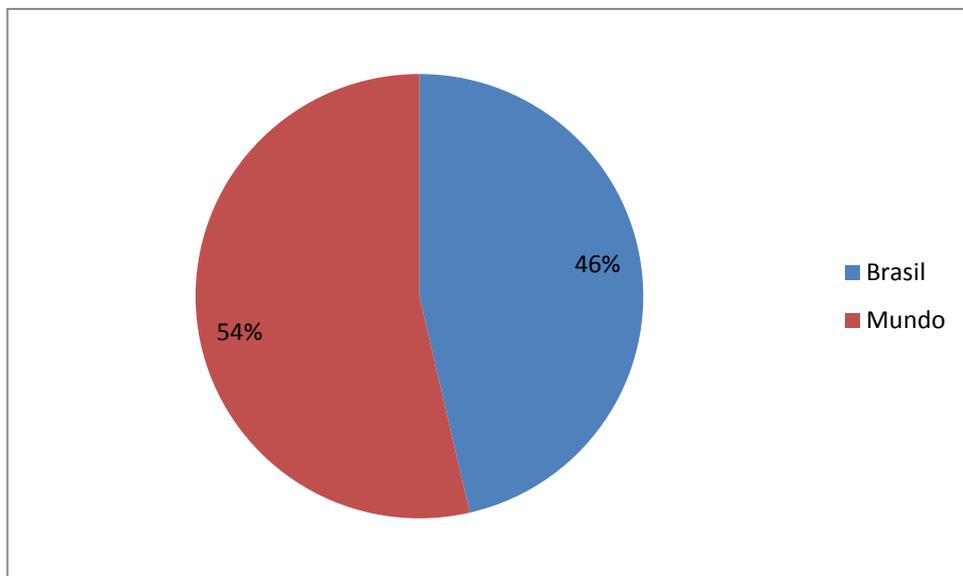


Figura 13. Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Banco Central (CBET)

Figura 14 - Entrada de IED - Uruguai

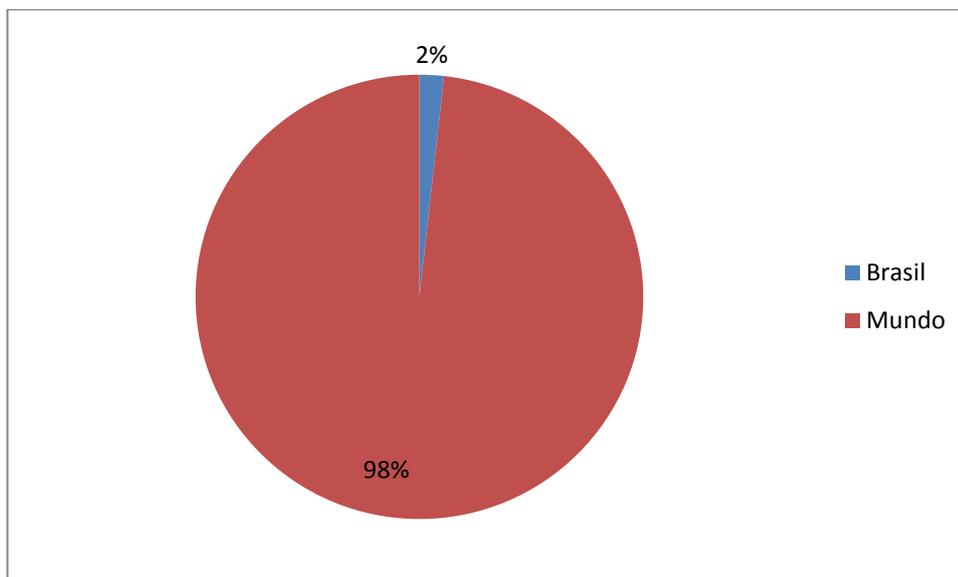


Figura 14. Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Banco Central (CBET)

Todavia, no caso específico da Argentina, é necessário incluir na balança a taxa de crescimento expressiva de 118% observada nos últimos cinco anos, indicando uma maior participação brasileira no futuro e o fato de que a Argentina possui uma economia relativamente internacionalizada, portanto, também recebe grandes quantidades de investimentos originários de outros países, principalmente dos mais desenvolvidos, diminuindo assim a participação brasileira supracitada. Outro ponto que merece ponderação é a condição incipiente do Brasil como investidor internacional e o fato de que somente no período recente existiu crescimento de fato da saída desse tipo de investimento. Ainda assim, a porcentagem de 5% não é de maneira alguma desprezível, visto a comparação metodológica com o resto do mundo.

A exposição dos dados acima torna possível a compreensão de que os investimentos brasileiros nos países do MERCOSUL têm crescido de forma substancial e merecem destaque no processo de integração regional. Muito embora os valores ainda não sejam tão expressivos, cabe apontar para as altas taxas percentuais de crescimento dessa atividade, indicando um crescimento no futuro próximo.

CAPÍTULO IV

4. Investimento Brasileiro Direto Externo e Impacto no MERCOSUL

Utilizando-se do embasamento teórico e dos dados apresentados nos capítulos anteriores, essa sessão ocupará da exposição dos principais problemas vivenciados hoje pelo MERCOSUL e de que forma os investimentos diretos externos brasileiros podem laborar positivamente na integração regional, sendo o objetivo comprovar a hipótese da existência de uma correlação positiva entre investimento direto externo e integração regional.

Sendo assim, procurar-se-á analisar os fatores principais que estão envolvidos na estrutura e funcionamento do bloco econômico desde sua criação, buscando incluir na observação, além das estruturas formais, fatores subjetivos recorrentes nos processos de integração. Assim, pretende-se expor também as variações ocorridas no intercâmbio comercial entre os países, buscando focar em problemas estruturais.

A metodologia a ser seguida é a da exposição de cada ponto específico onde os investimentos diretos externos podem ser positivos para a integração regional, relacionando estes efeitos benéficos com a estrutura e a dinâmica da integração no MERCOSUL.

Os pontos específicos a serem analisados foram escolhidos com base na dimensão dos problemas vivenciados pelo MERCOSUL e considerando os pontos onde possam ser realizadas melhorias dentro do bloco, incluindo entre eles problemas relacionados à infraestrutura interna dos países, a assimetria econômica vivida pelo bloco e a relativa falta de institucionalidade e vínculos econômicos.

Portanto, inicialmente, dentro de cada ponto específico, se seguirá uma descrição do problema ou situação do processo de integração regional do cone sul, em seguida, pretende-se expor de que forma o investimento direto externo pode ser benéfico, tanto para a economia receptora como para a emissora, nessa situação específica.

Sendo assim, conforme exposto, pretende-se cumprir a hipótese principal do presente trabalho pela correlação entre as teorias de integração e as de investimento direto externo, identificando especificamente em que pontos e com qual amplitude os investimentos brasileiros externos diretos podem ser benéficos para a integração regional.

Por fim, pretende-se apontar para possíveis mecanismos que possam potencializar os efeitos dos investimentos diretos externos, indicando de que formas esses mecanismos possam ser utilizados com o intuito de fortalecer as relações entre os países.

4.1 Infraestrutura

A integração regional proposta pelo modelo do MERCOSUL, como orienta o próprio nome, visa o estabelecimento de um mercado comum entre os países integrantes, instituindo a mobilidade de bens, pessoas, capital e serviços com o objetivo de estimular as trocas comerciais entre os membros de forma a complementar suas economias nacionais aumentando o nível de eficiência do sistema.

Entretanto, a consecução deste objetivo fica atrelada a existência e fornecimento de condições específicas, como a redução real das barreiras tarifárias, harmonização de nomenclaturas, existência de instituições que defendam a integração, entre outros. Prioritariamente no campo das trocas comerciais, mas também com reflexos nos demais pontos do mercado comum, a existência de uma infraestrutura básica se configura como condição indispensável para a efetivação do comércio intrabloco.

A preocupação com essa necessidade dentro da experiência sul americana é agravada pela atual situação da infraestrutura interna dos países, que está longe de ser a ideal. O Fundo de Convergência Estrutural do MERCOSUL exemplifica essa necessidade e ilustra o conhecimento por parte dos países da necessidade de investimentos nessa área.

O FOCEM se configura como um fundo destinado a financiar projetos em benefício maior das economias menores do MERCOSUL. Com operação desde 2006 é o primeiro instrumento financeiro do bloco com o objetivo efetivo de reduzir as assimetrias existentes. Funciona através de contribuições financeiras, não reembolsáveis, por parte dos Estados membro no montante de 100 milhões de dólares.

O objetivo central deste fundo se concentra na promoção da convergência estrutural entre os países, partindo da premissa de que essa condição é primordial para a efetivação de uma integração plena. Ademais, é possível também indicar como benefício do fundo o aumento da competitividade frente ao mercado externo e a promoção da coesão social via aumento no trânsito de pessoas. Essa iniciativa também contribui para uma maior institucionalização e fortalecimento do aparelho institucional disponível dentro do bloco econômico.

Cabe ressaltar que este atraso na infraestrutura em relação a outros países está vinculado a diversos fatores dentre os quais é possível destacar o próprio processo de desenvolvimento destes Estados, as crises vivenciadas nos período recente e as particularidades destes tipos de empreendimentos, com alto custo inicial e demorado retorno.

Devido à natureza dos trabalhos que são requeridos nos serviços de infraestrutura – grandes investimentos, longo período de gestação e recuperação e geração de significativas externalidades – esses serviços tem sido providos, ao longo das últimas décadas, principalmente pelo setor público. Contudo, em meados dos anos 80, os elevados níveis de dívida, ajustes estruturais e graves desequilíbrios fiscais enfrentados pelos Estados contribuíram para a redução dos investimentos em infraestrutura, o que conduziu a um crescente déficit na sua oferta e afetou a competitividade o crescimento da região. (CASTRO, 2004)

Mesmo que a importância de uma infraestrutura verdadeiramente integrada e funcional para o processo de integração e para o próprio desenvolvimento dos Estados esteja evidenciada ao longo do período recente, na história da América do Sul foram escassas as instituições ou projetos que tenham obtido efetividade na consecução de melhorias significativas.

Já no período recente, além do FOCEM, é possível destacar a Iniciativa para a Integração da Infra-Estrutura Regional Sul-Americana⁷ como resultado do apercebimento pelos Estados de que a infraestrutura regional se constitui como fator fundamental para o aumento da competitividade e do desenvolvimento dos próprios países, confirmando a necessidade de esforços conjuntos para melhores resultados.

Dessa maneira, paralelamente as iniciativas tomadas por intermédio do FOCEM ou de outras instituições como exemplificado acima e voltando a análise para empresas brasileiras de infraestrutura que tenham atuação no exterior, é possível traçar outra linha de atividade com também importantes reflexos no processo de integração.

Assim, levando em consideração o tamanho, a disponibilidade e as motivações existentes para as empresas brasileiras de atuarem no exterior, visto a crescente demanda interna desse setor, torna-se admissível a possibilidade de atuação das mesmas em projetos que tenham reflexos positivos na integração produtiva dentro do bloco econômico, visto que seu crescimento recentemente tem sido considerável.

Em termos práticos, a ideia se refere à construção de rodovias, ferrovias ou demais projetos necessários para a melhoria do escoamento e recepção de mercadorias entre os países ou obras relacionadas à melhor oferta de opções energéticas. Cabe lembrar que para que esse benefício seja repartido entre todo o MERCOSUL, as construtoras brasileiras não

⁷ Disponível em: <http://www.iirsa.org/index.asp?CodIdioma=POR>

necessariamente precisam realizar toda a construção dentro de outro território, mas sim também em partes de ligação entre os mesmos.

O maior exemplo desse tipo de investimento se refere à construtora Odebrecht, empresa brasileira com concentração de negócios na área da infraestrutura e com alto nível de internacionalização⁸ e forte presença na América do Sul. A empresa possui um negócio específico chamado Odebrecht América Latina para execução de projetos na Argentina, Colômbia, Cuba, Equador, México, Panamá, Peru e República Dominicana.

Entre os projetos executados dentro da Argentina se destacam⁹:

Hidroelétrica Pichi Picún Leufú – A central Hidroelétrica de Pichi Picún Leufú construída em 1989 no limite entre as províncias de Neuquén e Rio Negro é hoje uma das principais geradoras de energia para o país.

Autopista Acceso Oeste – A construção da Autopista Acceso Oeste abrange uma extensão de 52km e conecta a Ciudad Autónoma de Buenos Aires com a Ciudad de Luján e as autopistas 25 de maio e Perito Moreno, se constituindo como um dos corredores mais utilizados do país.

Gasodutos Libertador Gral, San Martín e Neuba II – A ampliação destes gasodutos pode ser considerada como uma das obras de maior envergadura no sul da Argentina, justamente por ter aumentado o volume de transporte para 2,9 milhões de metros cúbicos de gás por dia.

Planta de Reformado Catalítico – A construção em 2009 da planta de reformado catalítico na Argentina permitiu ampliar a produção anual de naftas¹⁰ de 6 milhões de metros cúbicos para 8 milhões de metros cúbicos por dia, disponibilizando um combustível mais limpo aos consumidores.

Além dos principais projetos acima destacados estão incluídas no portfolio de atividades da Odebrecht diversas ampliações no sistema de gasodutos, a criação de sistemas para distribuição de água potável para regiões afastadas, produção de fertilizantes e em obra mais

⁸ Segundo o Ranking Transnacionais do Brasil da FGV ela figura na terceira posição no que tange ao número de países onde existem subsidiárias.

⁹ Disponível em <http://odebrecht.com.ar/>

¹⁰ Combustível derivado do Petróleo.

recente a construção de uma via pra trem subterrâneo melhorando a integração entre as zonas de Buenos Aires.

Explanados os projetos executados pela construtora brasileira na Argentina é possível traçar pontos onde os mesmos possam ser benéficos para o processo de integração regional como um todo. Cabe ressaltar, entretanto, que os projetos supracitados foram mencionados apenas a cunho explicativo e que outras empresas brasileiras também possuem atuação em outros projetos similares.

Inicialmente no que tange a projetos relacionados à infraestrutura viária é lugar-comum afirmar que uma maior disponibilidade de vias para escoamento de produção facilita o comércio entre os países, além de facilitar a locomoção de pessoas como já abordado anteriormente.

Já no ponto específico de produção e melhoria de competitividade, os investimentos na criação de opções energéticas e na melhoria da distribuição da mesma enriquece a produtividade da economia local, fortalecendo a produção com reflexos positivos no comércio entre os países membro, seja na comercialização de diferentes produtos ou na melhor oferta de insumos.

Visto que o nível de infraestrutura dentro dos países integrantes do MERCOSUL está longe de ser o desejado, investimentos nesse setor crítico da economia têm reflexos extremamente positivos tanto em termos regionais como no âmbito do processo de integração e de relacionamento com países externos ao bloco.

4.2 Assimetria Econômica

Os processos de integração regional buscam o alcance de objetivos coletivos e, além da harmonização política e econômica de seus membros, procuram a instituição de uma cooperação permanente pela diminuição de barreiras e facilitação dos canais de comunicação. Sendo assim, como em qualquer processo de equalização, pressupõe-se um desnivelamento entre partes. No caso específico do MERCOSUL, em virtude existência de uma relativa similaridade política e cultural e em função do objetivo fim da organização, é a disparidade econômica que tem maior importância.

O estabelecimento de instituições internacionais em geral, e os processos de integração em particular, possuem na questão das assimetrias entre os membros uma centralidade. [...] Além disso, as assimetrias também apontam para duas questões relevantes: porque um país pequeno precisa integrar com um maior e porque ele precisaria de países menores? (SILVA; COSTA; 2013)

A questão das assimetrias abrange duas dimensões dentro de um processo de integração regional. A primeira se refere às diferenças no próprio nível de desenvolvimento e inserção internacional do país, representadas por indicadores econômicos. A segunda dimensão é a diferença da importância do bloco para cada país, em função do aproveitamento e benefícios derivados da efetivação do processo de integração regional.

Aprofundando o primeiro ponto proposto, é possível observar uma forte discrepância entre os países, observando-se uma forte predominância brasileira seguida pela Argentina nos indicadores propostos.

Os dados abaixo se referem ao produto interno bruto dos países na escala de bilhões de dólares. Mesmo levando em consideração que a análise comparativa do produto interno bruto dos países pode ser frágil e pouco explicativa, as diferenças observadas são tão evidentes que se torna possível afirmar a discrepância econômica entre os países.

Tabela 2 – PIB países Integrantes do MERCOSUL 2006-2011

País	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Argentina	212,507	260,071	324,405	305,763	367,565	444,612
Brasil	1089,157	1366,22	1650,392	1622,311	2142,926	2492,907
Paraguai	10,712	13,908	18,621	15,926	20,733	24,08
Uruguai	19,587	23,411	30,366	30,497	39,412	46,71

Tabela 2. Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IMF

O mesmo se observa na corrente de comércio dos países em questão, demonstrando o maior nível de internacionalização do Brasil e Argentina frente aos demais países do MERCOSUL.

Tabela 3 – Balança Comercial 2007-2011: Países integrantes MERCOSUL

	US\$ dólares	2007	2008	2009	2010	2011
Argentina	Exportações	55,779,580	70,018,851	55,672,119	68,187,227	83,950,225
	Importações	44,707,042	57,461,774	38,786,162	56,792,359	76,949,201
Brasil	Exportações	160,648,870	197,942,443	152,994,743	197,356,436	256,038,702
	Importações	120,620,871	173,196,634	127,647,331	180,458,789	226,243,409
Paraguai	Exportações	2,817,188	4,463,309	3,167,021	4,533,756	5,517,377
	Importações	5,859,421	9,033,191	6,939,842	10,040,163	12,315,560
Uruguai	Exportações	4,517,549	5,941,895	5,385,509	6,941,906	8,141,179
	Importações	5,627,663	9,069,360	6,906,725	8,339,507	10,803,807

Tabela 3. Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IMF

Além dos dados apresentados, também é possível utilizar outros indicadores para se colocar em evidência a discrepância existente no bloco, como a predominância brasileira em termos de renda per capita e a diferente porcentagem de urbanização e produção agrícola entre os países.

“A taxa de 54% de urbanização do Paraguai, contra 80% do Brasil e 90% dos demais parceiros; o PIB agropecuário do Paraguai representa 23% do total, enquanto nos demais países, a taxa está na casa de 8%, o que significa um país com características agrícolas fortes; e, finalmente, a renda per capita dos quatro países possui uma grande assimetria, com a do Paraguai em torno de US\$ 2.,100, a do Brasil em US\$ 13.500, a do Uruguai em US\$ 7.000 e a da Argentina no valor de US\$ 6.500, em dados de 2007.” (SILVA; COSTA; 2013)

Além de considerar as assimetrias supracitadas, no que tange aos objetivos do presente projeto, deve-se ter em conta a fase na qual se encontra o Brasil em relação aos demais países do bloco, em função do nível de desenvolvimento econômico e de inserção internacional, ele tem tido um papel de liderança econômica e de investidor nessas economias.

Além das disparidades econômicas internas aos países, se faz necessário também afirmar que o MERCOSUL não tem o mesmo peso e importância para todos os países membro e dificilmente terá enquanto persistirem grandes assimetrias econômicas.

“É bastante variável a importância do Mercosul como destino das exportações dos países membros. No Brasil, 17,4% foi o máximo (em 1998) de participação das exportações regionais nas totais durante o período observado, contra 36,3% na Argentina em 1997, 55,3% no Uruguai em 1998 e 63,5% no Paraguai no ano 2000. Ou seja, o Mercosul tem representado coisas distintas para esses países em termos de mercado. Tal fato constitui, em si mesmo, um importante aspecto das grandes assimetrias que crivam esse processo de integração.” (LINS; 2013)

Como é possível observar, o fato do Brasil ser a maior economia do bloco tem resultados significativos na sua corrente de comércio com o mesmo, diminuindo a importância do MERCOSUL para a economia brasileira. Em contraponto, as altas taxas de exportações dos demais países revelam certa dependência deles em função do bloco, resultando em uma alta importância da união para os mesmos.

Ademais, as assimetrias entre os países também são evidenciadas a partir dos setores de predominância dos mesmos. Sendo assim, partindo da ideia de que os setores de maior nível industrial se desenvolveriam com maior vigor, já que teriam agora a disposição um maior mercado consumidor, teríamos uma concentração do desenvolvimento nos locais onde já existiam as pré-condições, aprofundando as desigualdades.

Essa disparidade econômica e também a diferente importância relativa para os países membro dificulta a efetivação e o aproveitamento pleno do bloco econômico em diversas frentes do processo de integração regional.

Sendo exemplo à dificuldade enfrentada pelo MERCOSUL na efetivação de uma tarifa externa comum verdadeira a todos os produtos e países, visto que os mesmos possuem estruturas produtivas internas muito diferentes e não podem, portanto, utilizar-se da mesma valoração no momento da importação, visando à proteção de suas estruturas produtivas internas.

Ainda podemos auferir, levando em consideração a lógica natural do capital de busca pelo local onde possa ter maior lucratividade com o menor risco e a preponderância econômica brasileira dentro do bloco, que os investimentos recebidos por países externos ao bloco seriam direcionados prioritariamente ao Brasil. Este último funcionando como porta de entrada para o comércio com o bloco, isso resulta em impactos negativos para os demais países membro, pois deixam de captar estes investimentos externos. Essa dinâmica fica evidente com análise da entrada de investimento direto externo por bloco dentro do MERCOSUL¹¹, com notável liderança brasileira.

Outro ponto se refere à impossibilidade de incorrer na efetividade prática da livre circulação de todas as mercadorias dentro do próprio bloco pelos mesmos fatores assinalados acima, resultando em diversas exceções para diversos produtos com o intuito de proteger determinados nichos de mercado.

Ademais, a possibilidade de efetuar políticas macroeconômicas conjuntas ou de criar incentivos e benefícios para investimentos ou melhorias do comércio também são prejudicadas pelas assimetrias econômicas, resultando em uma necessidade de ação maior do Brasil nesses pontos específicos (vide FOCEM) ou no desencorajamento de tais iniciativas.

Sendo assim, cabe argumentar que um maior nivelamento econômico geral dos países e uma harmonização no nível de importância relativa do bloco para os países membros acarretariam na diminuição dos problemas gerados pelas assimetrias econômicas. Cabe lembrar que não é exatamente a equalização das economias o objetivo a ser almejado, mas sim uma complementariedade econômica sem abismos entre os mesmos.

Nesse sentido, os investimentos brasileiros diretos externos, frutos do desenvolvimento econômico mais acelerado e fundamentado por parte do Brasil ao longo do tempo, poderiam favorecer o desenvolvimento dos demais países integrantes do MERCOSUL.

¹¹ Vide capítulo anterior

Isso seria função natural da ótica empresarial na decisão do investimento, onde o destino de tais inversões somente se daria em locais onde existam as pré-condições de produção e, mais importante, onde não exista forte concorrência local. Sendo assim, os investimentos brasileiros, por motivações empresariais, desenvolveriam áreas ainda incipientes nas economias alvo, melhorando o nível econômico daquela região com externalidades em outros pontos da economia receptora.

Essas externalidades são explicadas a partir da criação de nichos produtivos, onde existiria uma melhora no nível geral de produção, acarretando em um desenvolvimento econômico ao menos naquele setor específico.

O movimento do capital em termos territoriais tende a formar complexos de empresas em torno de Polos de Desenvolvimento que estariam sendo comandados por empresas Motrizes, que funcionariam como fontes de irradiação de inovações e atividades econômicas correlacionadas, desencadeando um desenvolvimento espacial no seu raio de ação. Assim, o bom desempenho de uma indústria motriz seria suficiente para alavancar o desenvolvimento de toda região no seu entorno, atraindo novos investimentos e aumentando as possibilidades de desenvolvimento. (SILVA; COSTA; 2013)

Em resumo, é admissível argumentar que as inversões brasileiras nos países integrantes do MERCOSUL seriam efetuadas nos pontos deficitários dos mesmos, desenvolvendo e melhorando esse setor com externalidades positivas (aumento do nível de emprego, maior demanda por insumos) por toda a economia, reduzindo assim as assimetrias existentes com o Brasil e favorecendo a integração regional.

4.3 Institucionalidade

Os investimentos diretos brasileiros no exterior, sendo eles de cunho produtivo ou não, representam uma força política singular na economia receptora, em função particularmente do volume investido e da representatividade dessas grandes companhias frente à localização específica onde ela se insere.

Um dos resultados desse processo é pautado pela disseminação da cultura organizacional na empresa adquirida ou implantada, além da mescla com os costumes e culturas existentes na empresa receptora. Esse processo tem como produto final a harmonização de políticas e costumes de ordem organizacional e operacional por unidades de ambos os países, facilitando negócios e comércios futuros.

Por decisões estratégicas, as grandes companhias destinam líderes nacionais para gerenciar inicialmente essas unidades, visando à perpetuação de suas crenças ou valores. Essa prática

representa para empresas investidoras brasileiras, dentro de um ambiente macro, em uma influência significativa da cultura organizacional brasileira nas operações do país receptor.

Além da disseminação cultural exemplificada acima, o fato da existência de diversas empresas brasileiras em determinado país cria a possibilidade de formação de grupos de interesse frente aos governos locais, no intuito de angariar maiores benefícios e vantagens para as empresas já instaladas.

O que se faz necessário ressaltar deste processo é o fato de que estes vínculos políticos e econômicos criados pelas empresas brasileiras no exterior se constituem como parte real da integração, ou seja, representam parte da integração produtiva do bloco na prática.

Outro ponto que pode ser relacionado na observação da criação de vínculos e de um ambiente mais institucionalizado entre os países diz respeito à movimentação monetária intrínseca aos investimentos diretos externos.

A atividade de compra de parte de empresas ou a criação de uma filial produtiva ou não em outro país recorre necessariamente à movimentação de grandes quantias de moeda entre estas duas economias distintas. Essa transferência de recursos já foi tema de análise de diversos estudos sobre investimentos diretos externos, existindo argumentos que defendem os benefícios de tal atividade e outros que indicam os prejuízos inerentes a este processo.

No que tange ao presente projeto, deve ser levado em consideração que o investimento inicial realizado em outro país resulta no estabelecimento de um vínculo considerável entre ambas as economias, visto a magnitude da transferência de recursos e os impactos sentidos principalmente em economias incipientes. Em outras palavras, a absorção da quantidade investida não é irrisória para a economia receptora e possui importantes reflexos macroeconômicos.

Assim, dentro do âmbito do MERCOSUL, a entrada e saída destes recursos criam vínculos monetários entre os países participantes da atividade na medida em que cada qual necessita absorver as divisas internacionais para estoque ou, como se trata de um bloco econômico, para utiliza-las para compensação de transações comerciais entre estes mesmos países sem recurso ao dólar.

Cabe ressaltar, como é afirmado pelas críticas existentes aos benefícios do investimento direto externo no longo prazo, que a remessa de lucros ao exterior quando da estabilização de determinado projeto em outra economia pode vir a comprometer a balança de pagamentos do país receptor, na exata medida da remessa de lucros desta empresa ao país de origem. Embora

esse efeito possa ser mitigado a partir da coordenação de políticas econômicas como assinalado acima.

De forma adicional, pela ótica dos bancos envolvidos nesse processo de transferência, pode-se também afirmar também que esses possam criar grupos de interesse pressionando as instituições do MERCOSUL para a criação de alternativas bancárias e facilitação dessas transferências.

Esse fator é potencializado pelo fato de que uma parte significativa dos investimentos brasileiros no exterior é concentrada nas atividades de intermediações bancárias, representando 62% dentro do setor de serviços. Assim, a presença de instituições e atividades bancárias no exterior é significativamente relevante.

Portanto, ainda que de maneira subjetiva, é possível afirmar que esses vínculos decorrentes dessas transações monetárias possam vir a gerar uma maior proximidade entre os países participantes do processo de integração, justamente pelo aumento da complexidade de suas conexões.

Ademais, a forte presença brasileira no cenário bancário dos demais países também pode ser positiva, especialmente se essa atuação cobre lacunas existentes ou deficitárias nestes Estados e se tem atuação real no financiamento de empresas ou projetos, melhorando a produtividade e competitividade local.

4.4 Lista de exceções

A instituição de um mercado comum implica na existência de livre circulação de bens, pessoas e capital. Na prática, dentro do campo da circulação de bens, isso resulta na diminuição a zero de todas as tarifas de importação, resultando na integração produtiva das unidades dos diferentes países.

Esse estágio de integração pressupõe a existência de uma tarifa externa comum, fase anterior na escala de integração regional, entretanto, o caso do MERCOSUL é pontuado pela existência de diversas exceções a essa tarifa por parte dos países com o objetivo de resguardar setores específicos de sua economia frente ao cenário internacional.

A existência de exceções em um primeiro período da integração seria função natural do processo de convergência das estruturas, sendo necessário um período de adaptação para evitar quebras ou falhas de mercado.

O problema enfrentado dentro do MERCOSUL é referente ao fato de que essas exceções continuam a ser utilizadas em proporções que tem impacto significativo para o estabelecimento de uma integração saudável, existindo recorrentes pleitos por partes dos países que buscam aumentar o número dessas exceções, indo de encontro com a ideia central estabelecida no processo de integração.

Este processo de estabelecimento da tarifa externa comum não pode ser feito de maneira abrupta, visto que determinados setores de certas economias não suportariam a concorrência externa sem a proteção das taxas de importação, acarretando em perdas na estrutura produtiva interna.

Assim, as assimetrias econômicas podem ser identificadas como motivo para a utilização deste sistema de exceções para diversos produtos e setores da economia, sendo esse possivelmente um dos principais problemas para a efetivação plena do bloco econômico.

A título de exemplo, as exceções à tarifa externa comum por parte do Brasil somam 100 posições¹², enquanto que Uruguai e Paraguai têm direito a 125 e 150 posições, respectivamente. Sendo assim, é possível observar a exagerada quantidade de exceções ainda hoje existentes dentro do bloco econômico, evidenciando as dificuldades que ocorrem no aprofundamento da dinâmica integracionista. Note que cada Estado deve estabelecer sua própria lista de produtos a serem protegidos.

Cabe também ressaltar que ainda existem ressalvas ao livre comércio intrabloco, exceções que impõem tarifas de importação abarcam o setor automotivo e de açúcar.

O Tratado de Assunção previa abertura comercial entre os países do Mercosul a partir de 31 de dezembro de 1994. Ou seja, em termos tributários, a alíquota do imposto sobre a importação em todas as operações intrabloco seria zero. No entanto, diante das circunstâncias, esse prazo foi prorrogado, de forma que o regime de adequação, com alíquotas de importação intra-Mercosul, teve vigência até o final de 1999 (para o Brasil, até dezembro de 1998). Mesmo com o término do regime de adequação, ainda há produtos sobre os quais incide imposto sobre a importação nas operações intrabloco. Atualmente são bens do setor automotivo e açúcar. Em relação aos demais, a alíquota é zero nas operações entre os países do Mercosul, desde que sejam cumpridas as regras de origem.¹³ (MEIRA, 2011)

A criação de exceções, intra e extrabloco, tem relação direta com as principais motivações para a realização do investimento direto externo: a de superar as barreiras existentes para o acesso a determinado mercado e a oportunidade de entrar em um determinado nicho

¹² Disponível em: <http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=1848>

¹³ A aplicação de tarifas intrabloco está regulamentada em:

Cf. Decisão CMC nº 29, de 1994, e Acordo sobre Política Automotiva do Mercosul (Decisão CMC nº 70, de 2000) e Cf. Nono Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 18, entre Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, de 30 de dezembro de 1994 (no Brasil, Decreto nº 1.566, de 1995).

econômico incipiente (visto que o mesmo precisa ser resguardado por exceções a tarifa externa comum), respectivamente. Sendo assim, em um primeiro momento, essas tarifas impostas ao Brasil (intrabloco) e aos demais países (extrabloco) seriam motivações para a decisão de investir nas economias protecionistas do bloco, visando à entrada naquele mercado específico.

De forma complementar, ao relacionar esse problema com a ótica empresarial do investimento direto externo por Vernon¹⁴, temos que o investimento brasileiro nos demais países do bloco, além de melhorar o nível econômico de forma geral na região receptora, tenderia a ser realizado, dentro do ciclo do produto, em setores específicos objetivando a substituição das exportações brasileiras para aquela região em questão.

Em outras palavras, é admissível argumentar que os investimentos brasileiros diretos, em função da decisão empresarial, seriam realizados nos setores dos outros países onde a produção é incipiente, exatamente nos setores destes países que necessitam de exceções.

Em decorrência da recepção deste investimento, existiria um fortalecimento desse setor produtivo no país receptor que, após um determinado período de tempo, seria produtivo e eficaz o suficiente para não necessitar mais da proteção das exceções tarifárias, diminuindo a lista hoje existente e laborando positivamente para o processo de integração.

O argumento acima toma por base a ideia de um investimento direto externo produtivo de fato. Entretanto, também seria possível utilizar a mesma ideia dentro do setor de serviços, no sentido de que esses, seja qual for à natureza (bancária, consultoria), seriam direcionados onde não exista concorrência e haja demanda pelo mesmo, funcionando positivamente na melhoria do setor coadunando-se com os resultados acima.

4.5 Perspectivas

Com base nas afirmações acima expostas se torna possível observar algumas perspectivas e iniciativas a serem tomadas com o intuito de tirar melhor proveitos destes benefícios oriundos dos investimentos externos diretos.

Primeiramente, levando em consideração que o Brasil também detém benefícios consideráveis oriundos da atuação de empresas nacionais no exterior, principalmente no que tange as remessas de lucros e ao contínuo lançamento como global player no cenário mundial, se torna

¹⁴ Vide referencial teórico

oportuno que o mesmo promova estas inversões e atue de forma a proporcionar facilidades para que essas empresas iniciem ou continuem sua presença internacional.

Esse incentivo vem se mostrando necessário quando da análise das trajetórias de empresas brasileiras no exterior e se constitui hoje como fator de grande importância para a economia brasileira atual, já existindo projetos para dar continuidade a inserção internacional das empresas brasileiras.

No âmbito específico do MERCOSUL, a criação de uma secretaria ou departamento destinado à coordenação dos investimentos diretos externos teria reflexos positivos sobre a distribuição geográfica desses investimentos guardadas as motivações empresariais dos mesmos. A ideia é tentar eliminar possíveis guerras fiscais e harmonizar as assimetrias de atratividade de inversões externas.

No mesmo sentido de criação de instituições, a formulação de um banco de fomento a essas atividades no âmbito do MERCOSUL seria proveitoso para criar as condições necessárias e potencializar possíveis investimentos na região, sejam eles de origem interna ou externa ao bloco.

As perspectivas supracitadas ganham maior importância justamente pelo crescimento considerável no volume de investimento direto externo do Brasil para os demais países do MERCOSUL, além do também crescimento dos investimentos oriundos de fontes externas ao bloco.

CAPITULO IV

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho aqui exposto buscou estudar a relação entre os investimentos diretos externos e os processos de integração regional, tomando como linha de análise a hipótese de que essas inversões estrangeiras seriam benéficas para os processos de formação e estabilização de blocos regionais. Cabe lembrar que o presente trabalho teve como foco o MERCOSUL, visto as dificuldades do bloco e o crescente investimento externo brasileiro.

Para tanto, fez-se necessária uma revisão metodológica de ambos os temas para prover embasamento e estabelecer quais seriam os pontos de convergência, num segundo momento estudou-se a nova posição de investidor internacional pela qual o Brasil vem passando e procurou demonstrar qual a magnitude desta nova dinâmica econômica. Por fim, procedeu-se ao cruzamento dos dados e a indicação dos pontos onde estes investimentos podem atuar de forma positiva.

Cabe ressaltar que o processo de integração vivenciado pelos países integrantes do Mercado Comum do Sul é marcado por êxitos consideráveis e também por dificuldades intrínsecas aos processos de formação de blocos regionais.

Além das dificuldades de alinhamento econômico, de harmonização das nomenclaturas dos produtos e da realização arranjos institucionais verdadeiramente funcionais e que tenham por objetivo o alcance dos objetivos propostos no início e durante o processo de integração, também temos que destacar a dificuldade na efetivação de políticas e medidas por parte dos países membro.

Assim, muito mais do que dificuldades meramente práticas, também há de se levar em conta as pressões políticas e o momento interno de cada Estado membro refletido na sua propensão a criar, absorver e executar políticas favoráveis ao bloco em detrimento de outras medidas ou ações de mérito interno do país.

Entretanto, não diminuindo a importante ação estatal dentro dos processos de integração regional, há de se destacar o papel de outros fatores para a consecução de um ambiente integrado, estudados no presente trabalho a partir dos reflexos existentes das empreitadas pelas empresas brasileiras nos demais países do MERCOSUL.

Desta forma, como apresentado anteriormente, a expansão internacional das empresas brasileiras tem crescido substancialmente nos anos recentes e muito embora tenham destinos

diversificados, a maioria tem a América do Sul como um dos principais destinos desses recursos e para grande parte das empresas representa o ponto de partida para suas operações internacionais.

Desse modo, seguindo a lógica abordada anteriormente, os reflexos nas economias receptoras dos investimentos brasileiros também atingem o processo de integração do MERCOSUL em diferentes pontos. Nesse trabalho foram identificados quatro faces do processo de integração que absorvem os impactos dos investimentos brasileiros, a saber: Infraestrutura, Assimetria Econômica, lista de exceções e Institucionalidade. Assim, em cada um desses pontos foi possível identificar a existência de resultados positivos para o processo de integração regional decorrentes da atuação das empresas brasileiras, ainda que em proporções diferentes.

Logo, no ponto específico da Infraestrutura, é possível afirmar a existência de uma correlação positiva entre a atuação de empresas brasileiras de construção civil e a melhoria do processo de integração regional na exata medida em que estas empresas brasileiras têm atuação na melhoria de pontos cruciais, como a construção de rodovias e melhor oferta de opções energéticas.

Portanto, empresas que realizem exportações para os demais países do bloco podem usufruir das novas opções energéticas e de melhores rodovias para aumentar a quantidade exportada ou diminuir o preço final. De forma análoga, melhores rodovias também tem impacto no trânsito de pessoas, podendo influir positivamente no fluxo de pessoas entre os países integrantes do MERCOSUL.

Outro ponto abordado nesse trabalho diz respeito a diminuição da assimetria econômica entre os países integrantes do bloco, levando em consideração a hipótese de que essa discrepância no nível econômico tem influenciado o processo de integração, resultando em impasses e dificuldades nos momentos onde a convergência de políticas econômicas se demonstrou necessária.

Neste sentido, sendo o Brasil notadamente o país mais economicamente desenvolvido do bloco, cabe ao mesmo em determinados momentos funcionar como “país pagador” do processo de integração, como hoje o é dentro do FOCEM.

Dessa forma, no que tange ao presente trabalho, o montante investido por uma determinada empresa brasileira no exterior pode gerar benefícios que também aumentam o nível econômico do país receptor, visto que os investimentos externos diretos brasileiros são marcados preponderantemente por empresas de grande porte, as mesmas têm reflexos no

aumento do nível de emprego e da atividade econômica, via maior consumo de insumos e pagamento de impostos.

Assim a atividade das empresas brasileiras nos demais países do bloco pode ter um impacto positivo na economia dos mesmos, fortalecendo-a e diminuindo assimetrias econômicas, que por sua vez também tem impacto positivo no processo de integração regional.

Outro ponto específico diz respeito a existência de grandes entraves ao estabelecimento do livre comércio de mercadorias dentro do MERCOSUL, explanados na existência de listas de exceções, e seguindo a lógica do ponto anterior, o estabelecimento de empresas brasileiras nos demais países também poderia funcionar positivamente na redução dessas exceções ao livre comércio.

Assim, seguindo a ótica empresarial exposta por Vernon onde a decisão de investir no exterior seria atraída para pontos deficientes da econômica receptora, as empresas brasileiras investiram nos setores deficitários dos demais países e, portanto, a partir da existência de transbordamentos tecnológicos e formação de nichos produtivos, incrementariam o nível econômico daquele setor específico, reduzindo assim a necessidade de proteção via estabelecimento de uma exceção ao livre comércio.

Por fim, a importância da presença das empresas brasileiras nos demais países do bloco também deve ser considerada, visto que ampla parte são empresas de grande porte e representam um grupo da sociedade relevante com impacto nas decisões econômicas locais. Dessa forma, é admissível argumentar que a presença dessas empresas gera um maior ambiente institucional, criando e fortalecendo laços e vínculos políticos já existentes entre os países e demandando ações conjuntas e por parte exclusiva do MERCOSUL.

Assim, em conformidade com o que fora apresentado neste trabalho, é possível afirmar que os investimentos brasileiros nos demais países membros do MERCOSUL tem sim reflexo positivo no próprio processo de integração, na exata medida dos pontos acima mencionados.

Entretanto, cabe afirmar que esse resultado positivo não se configura como fator exclusivo para a solução dos problemas hoje enfrentados pelo bloco, configurando-se apenas como um dos fatores que podem contribuir para a estabilização e alcance de maiores patamares de integração, sendo necessários maiores esforços por parte dos Estados-membro na consecução destes melhores níveis de integração.

Desta forma, a hipótese de que os investimentos diretos externos brasileiros nos demais países do MERCOSUL catalisam o processo de integração é admissível, ainda que guardadas as proporções destes impactos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Capitais Brasileiros no Exterior**. Disponível em: <<http://www4.bcb.gov.br/rex/cbe/port/cbe.asp>>. Acesso em: 27 jan. 2013.

BANCO MUNDIAL.

Disponível em: <<http://www.worldbank.org/depweb/english/beyond/global/glossary.html>>. Acesso em 18 jan. 2013.

BLOMSTRÖM, Magnus; KOKKO, Ari. **Regional integration and foreign direct investment**. 172. ed. Stockholom: Working Paper Series In Economics And 1997.

CARDOSO, Fernando Henrique. FALETTO, Enzo. **Dependência e Desenvolvimento na América Latina: Ensaio de Interpretação Sociológica**. 7º ed. Rio de Janeiro: Editora LTC, 1970.

CASTRO, Camila Penna de. **O Mercosul e a integração física na América do Sul**. Belo Horizonte: PUC Minas, 2004. Disponível em: <http://www.pucminas.br/imagedb/conjuntura/CNO_ARQ_NOTIC20060526081253.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2013.

DUNNING, John H. **The eclectic paradigm of international production: a restatement and some possible extensions**. Journal of International Business Studies, vol. 19, n.1, p. 1-31, 1988. Disponível em: <http://www.palgrave-journals.com/jibs/journal/v19/n1/pdf/8490372a.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2013.

DUNNING, John H.. The Eclectic (OLI) Paradigm of International Production: Past, Present and Future. **International Journal Of The Economics Of Business**, p. 173-190. 2001.

FONSECA, Miguel; MENDONÇA, António; PASSOS, José. **The Investment Development Path Hypothesis: Evidence from the Portuguese Case – A Panel Data Analysis**. Porto, 2007. Disponível em: <<http://www.iseg.utl.pt/departamentos/economia/wp/wp0212007de.pdf>>. Acesso em: 19 jan. 2013

FUNDAÇÃO DOM CABRAL. **Ranking das Transnacionais Brasileiras 2012: Os benefícios da Internacionalização**. 2012

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL. **Glossary of foreign direct investment terms**. 2012. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/np/sta/di/glossary.pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2012

GILPIN, Robert. (2002), **A economia política das Relações Internacionais**.

HIRATUKA, Célio; SARTI, Fernando. **Investimento direto e internacionalização de empresas brasileiras no período recente**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Avançada, 2011.

LINS, Hoyêdo Nunes. **Mercosul, vinte anos: uma nota**

LOPES, Paulo César Colmenero. **Integração sul-americana: situação atual e perspectivas**. Rio de Janeiro: Escola Superior De Guerra, 2011. Disponível em: <<http://www.esg.br/uploads/2012/03/COLMENEROLOPESPauolo.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2012.

MAIOR, Paulo Vila. **Integração econômica européia: teoria e prática**. Fernando Pessoa: Universidade Federal Fernando Pessoa, 2000. 492p

MALAMUD, Andres (Org.). **Conceptos, teorías y debates sobre la integración regional**. In: ARNAIZ, Alejandro Saiz; ANTONIAZZI, Mariela Morales; UGARTEMENDIA, Juan Ignacio. Las implicaciones constitucionales de los procesos de integración en américa latina: un análisis desde la unión europea. Oñati: Instituto Vasco de Administracion Publica, 2011. p. 55-85. Disponível em: <http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/5821/1/ICS_20120312_AndresMalamud_Conceptos_AUTORIZADO.pdf>. Acesso em: 15 out. 2012.

MEIRA, Liziane Angelotti. **Integração regional e tributos sobre o comércio exterior no mercosul. PGFN**, Brasília, n. 6, p.53-71. 2011. Disponível em: <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br/revista-pgfn/ano-i-numero-ii-2011/008.pdf>>. Acesso em: 29 jan. 2013.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR. **Comércio Exterior**. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=1848>>. Acesso em: 27 jan. 2013.

SCHAPOSNIK, Eduardo Carlos. **As teorias da integração e o Mercosul: estratégias**. Florianópolis, SC: Ed. da UFSC, 1997. 250p

SILVA, Karine de Souza; COSTA, Rogério Santos da . **Organizações internacionais de integração regional : União Europeia, Mercosul e Unasul**. 1. ed. Florianópolis: Funjab/UFSC, 2013. 306p .

TRATADO para a Constituição de um Mercado Comum entre a República Argentina, a República Federativa do Brasil, a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai. Assunción, 26 mar. 1991.

UNCTAD. UNCTADSTAT. Disponível em: <<http://unctadstat.unctad.org/>>. Acesso em: 27 jan. 2013.

VERNON, **Raymond. International Investment and International Trade in the Product Cycle.**The Mit Press, p. 190-207. 01 maio 1966. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/1880689>>. Acesso em: 18 jan. 2013.

VIANNA, Candice Sakamoto Souza. **Investimentos Diretos Brasileiros no Exterior em Cenário de Risco Político: Evolução Recente e Impactos na Política Externa.** 2010.Dissertação - Instituto Rio Branco, Brasília, 2010